



Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e oito minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

O Sr. Vereador Domingos Moreira Semedo (PS) esteve presente em substituição da Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 19/2023 - Reunião ordinária de 09 de agosto de 2023**
 - 2. Projeto da Ata n.º 20/2023 - Reunião ordinária de 06 de setembro de 2023**
 - 3. Projeto da Ata n.º 21/2023 - Reunião ordinária de 20 de setembro de 2023**
 - 4. D Deliberação n.º 1066/2023 – Proposta n.º 061/2023 – GAP – Projeto de Regulamento da Proteção de Dados Pessoais do Município de Setúbal – Ponderação dos Resultados da Consulta Pública**
 - 5. Deliberação n.º 1067/2023 – Proposta n.º 062/2023 – GAP – Celebração de protocolo de abastecimento de água entre a Câmara Municipal de Setúbal, os Serviços Municipalizados de Setúbal e a Câmara Municipal de Palmela**
 - 6. Deliberação n.º 1068/2023 – Proposta n.º 001/2023 – DMAGPE – Aprovação do início do procedimento de elaboração do Regulamento de Exploração de Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Setúbal**
 - 7. Deliberação n.º 1069/2023 – Proposta n.º 04/2023 – GADSEA – Início do procedimento de criação e elaboração do Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente do Município de Setúbal**

8. **Deliberação n.º 1070/2023 – Proposta n.º 05/2023 – GADSEA – Início do procedimento de alteração do Regulamento de Atribuição do Selo Verde – Certificado de Qualidade Ambiental do Município de Setúbal**
9. **Deliberação n.º 1071/2023 – Proposta n.º 440/2023 – DAF/DICOR – Projeto Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2024**
10. **Deliberação n.º 1072/2023 – Proposta n.º 442/2023 – DAF/DICONT – 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 7.ª ao Plano de Atividades Municipal e 7.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
11. **Deliberação n.º 1073/2023 – Proposta n.º 443/2023 – DAF/DICOR – Abertura do procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo investimentos municipais – PPI 2024**
12. **Deliberação n.º 1074/2023 – Proposta n.º 444/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Aditamento ao contrato de arrendamento para instalação de estação de fibra ótica da NOS**
13. **Deliberação n.º 1075/2023 – Proposta n.º 445/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Autorização de alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Rua da Concha, lote 133, em Quinta do Meio, Praias do Sado, Setúbal**
14. **Deliberação n.º 1076/2023 – Proposta n.º 446/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 30/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços para manutenção, assistência técnica e gestão dos equipamentos multifunções do Município e do Parque Escolar – Adjudicação**
15. **Deliberação n.º 1077/2023 – Proposta n.º 05 /2023 – DCTUR/DITUR – Aprovação do início do procedimento de elaboração do Regulamento de Criação da Taxa Municipal Turística de Setúbal**
16. **Deliberação n.º 1078/2023 – Proposta n.º 17/2023 – DRH/DIDEC – SIADAP 1 – Ratificação da avaliação das unidades orgânicas referente ao ano de 2022**
17. **Deliberação n.º 1079/2023 – Proposta n.º 18/2023 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2023, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**
18. **Deliberação n.º 1080/2023 – Proposta n.º 19/2023 – DRH/DIGAT – Abertura de procedimento concursal para o cargo de adjunto técnico da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento**
19. **Deliberação n.º 1081/2023 – Proposta n.º 447/2023 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Modificação objetiva contrato “Prestação de serviços de controlo de pragas urbanas no concelho de Setúbal, pelo período de 36 meses” – Trabalhos complementares**
20. **Deliberação n.º 1082/2023 – Proposta n.º 33/2023 – DOM – Empreitada AD 68/17 – “Reabilitação e valorização do Portinho da Arrábida/Creiro – Execução de Ponte-Cais” – Libertação da garantia**
21. **Deliberação n.º 1083/2023 – Proposta n.º 141/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio aos programas de desenvolvimento desportivo – Matriz de apoio financeiro 2023**
22. **Deliberação n.º 1084/2023 – Proposta n.º 142/2023 – DCDJ/DISOC – Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão - Apoio financeiro**
23. **Deliberação n.º 1085/2023 – Proposta n.º 143/2023 – DCDJ/DISOC – Banco Alimentar Contra a Fome - Apoio financeiro**

24. **Deliberação n.º 1086/2023 – Proposta n.º 144/2023 – DCDJ/DICUL – Projeto de alteração ao Regulamento Municipal do Concurso “Marchas Populares de Setúbal” – Ponderação dos resultados da consulta pública**
 25. **Deliberação n.º 1087/2023 – Proposta n.º 145/20223 – DCDJ/DICUL – Apoio à edição da antologia “Maria Rosado Pinto, entre a música e a poesia”**
 26. **Deliberação n.º 1088/2023 – Proposta n.º 146/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio para o Festival Internacional de Acordéon de S. Sebastião**
 27. **Deliberação n.º 1089/2023 – Proposta n.º 147/2023 – DCDJ/DICUL – Aceitação de doações – Tertúlias Bocageanas 2023**
 28. **Deliberação n.º 1090/2023 – Proposta n.º 148/2023 – DCDJ – Aprovação do projeto de alteração ao Regulamento da Feira de Sant’lago do Município de Setúbal**
 29. **Deliberação n.º 1091/2023 – Proposta n.º 306/2023 – DURB/DIPU – Aprovação de alteração à planta síntese do alvará de loteamento n.º 10/76 - Processo n.º 99/73**
 30. **Deliberação n.º 1092/2023 – Proposta n.º 307/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de arquitetura (alteração de fachada) - Processo n.º 196/23**
 31. **Deliberação n.º 1093/2023 – Proposta n.º 308/2023 – DURB/GAPRU – Concessão de licença administrativa de conservação, alteração de edifício habitacional - Processo n.º 111/23**
 32. **Deliberação n.º 1094/2023 – Proposta n.º 309/2023 – DURB/GARIU – Ocupação da via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 13/22**
 33. **Deliberação n.º 1095/2023 – Proposta n.º 008/2023 – GAVPS – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2023**
 34. **Deliberação n.º 1096/2023 – Proposta n.º 009/2023 – GAVPS – Participação Variável de IRS para o ano 2023 - RETIRADA**
 35. **Deliberação n.º 1097/2023 – Proposta n.º 4/2023 – GAVPSD – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2023 - RETIRADA**
 36. **Deliberação n.º 1098/2023 – Proposta n.º 5/2023 – GAVPSD – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2023 – Aplicação da taxa do IMI Familiar**
 37. **Deliberação n.º 1099/2023 – Proposta n.º 6/2023 – GAVPSD – Participação variável de IRS para o ano 2023**
 38. **Deliberação n.º 1100/2023 – Proposta n.º 7/2023 – GAVPSD – Medidas de apoio – Transportes**
 39. **Deliberação n.º 1101/2023 – Proposta n.º 8/2023 – GAVPSD – Medidas de apoio – Refeições escolares**
 40. **Deliberação n.º 1102/2023 – Proposta n.º 9/2023 – GAVPSD – Medidas de apoio – Atividades de animação e apoio à família**
 41. **Deliberação n.º 1103/2023 – Proposta n.º 10/2023 – GAVPSD – Medidas de apoio – Estacionamento tarifado**
 42. **Deliberação n.º 1104/2023 – Proposta n.º 11/2023 – GAVPSD – Medidas de apoio – Derrama**
 43. **Deliberação n.º 1105/2023 – Proposta n.º 12/2023 – GAVPSD – Constituição de fundo de apoio ao funcionamento das instituições do concelho**
 44. **Deliberação n.º 1106/2023 – Proposta n.º 13/2023 – GAVPSD – Isenção de IMT na aquisição de habitação própria e permanente, por jovens até aos 35 anos**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documento anexo registado sob o n.º 7;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 8;
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), relativos à emissão de alvarás de construção e utilização, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 9 e 10.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que se tratava de um dia importante para Setúbal, iriam ser apresentadas as medidas mais significativas de apoio aos setubalenses nos últimos 20 anos, sendo que aquelas propostas visavam contribuir para que as famílias setubalenses e azeitonenses tivessem mais rendimento disponível mensalmente e que pudessem devolver aos setubalenses e azeitonenses parte do valor pago em taxas e em impostos à Câmara Municipal de Setúbal.

Deu nota de que o infantário Girassol fizera-lhes chegar uma informação, que desde o dia 7 de novembro tinha sido proibido parar e estacionar à porta da instituição. Apelaram no sentido de se encontrar uma solução alternativa, porque aquela situação dificultava não só a segurança dos utentes, que tinham de ser deixados à porta da instituição, criando alguns constrangimentos naquilo que era a entrega das refeições. Todos os vereadores foram contactados pela referida instituição, no sentido de se encontrar uma solução alternativa. Questionou sobre qual seria o ponto de situação da ligação de água à rede pública na Rua da Vinha n.º 2, em Azeitão.

Tratando-se de uma iniciativa interessante, questionou quando iria começar o “Bairro Cool”. Disse que em julho de 2022 falaram sobre a questão da EN 10, junto ao Hospital da Luz. Tendo verificado com o aumento da afluência aos hospitais privados, a situação piorara. Na altura, quando o referido troço passara para a esfera da Câmara Municipal, havia uma perspectiva de alteração. As bermas não permitiam que se circulasse, sendo cada vez mais difícil a circulação automóvel e a travessia em segurança por parte dos peões. Seria importante que se tomassem medidas antes que pudessem ter algum acontecimento menos bom.

Relativamente à “Casa das 4 Cabeças”, disse que gostariam de perceber quais as taxas de ocupação de estudantes ou de pessoas em situação de emergência, face à taxa de ocupação de visitantes que viessem em nenhuma daquelas circunstâncias. O uso daquela casa poderia ser específico, mas também estaria aberto a que outras pessoas pudessem usufruir daquele alojamento.

Sr. Presidente – Disse que não tinha percebido bem, quando a senhora Vereadora se tinha referido ao “Bairro Cool”.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que tinha sido noticiado, no âmbito do projeto do “Bairro Cool” no que dizia respeito à digitalização e transformação do próprio comércio, nos chamados Bairros Digitais.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os Vereadores do Partido Socialista apresentaram há 30 dias um requerimento em reunião de Câmara no sentido de ser-lhes entregue o projeto

do Imapark e também o projeto da Praça de Touros, que continuavam a aguardar. Tratava-se de projetos adjudicados pela Câmara Municipal de Setúbal por ajuste direto, no ano 2020. A Câmara Municipal de Setúbal pagara aqueles projetos. Disse que passaram 30 dias desde o requerimento dos Vereadores do Partido Socialista e os projetos ainda não lhes foram entregues. Questionou sobre o que se estaria a passar e qual seria o problema para que ainda não lhes tivesse sido entregue os referidos projetos. O requerimento tinha sido feito e continuavam a aguardar por algo que fora pago pela Câmara Municipal de Setúbal e que ainda não foi entregue aos Vereadores do Partido Socialista.

Disse que estiveram no Imapark e verificaram o seu estado de degradação. O senhor Presidente disse numa reunião de Câmara que “a degradação era aos olhos de alguns”, no entanto, só aos olhos do senhor Presidente aquele espaço não estava degradado. Tratava-se de um espaço que estava mesmo muito degradado e pelo qual a Câmara não tinha nenhum tipo de solução, apesar dos quase 5 milhões de euros, que os setubalenses pagaram, por um espaço que estava ao abandono e pelo qual a Câmara continuava sem solução. Não havia solução, mas havia um projeto pago. Os Vereadores do Partido Socialista, através da entrega voluntária por parte da Câmara Municipal de Setúbal ou através de um processo que daria entrada no Ministério Público, teria de lhes entregar o projeto pelo qual a Câmara pagara e pelo qual teriam de ter acesso à informação.

Disse que a Praça de Touros foi outro edifício comprado e bem, pela Câmara Municipal de Setúbal, que estava ao abandono e num total estado de degradação. Não sabia se o senhor Presidente nos últimos tempos tivera a ocasião de visitar o local, no entanto, os Vereadores estiveram numa visita ainda naquela semana e verificaram que o estado de abandono era gritante. Referiu que existia um projeto pago pela Câmara Municipal de Setúbal e os Vereadores solicitaram há 30 dias aquele projeto e continuavam a aguardar. Questionou o que se estaria a passar e, porque é que aqueles documentos não lhes eram entregues. O senhor Presidente teria de responder, por que razão estaria aquilo a acontecer.

O ex-clubes dos oficiais foi um edifício comprado pela Câmara Municipal de Setúbal e bem, mas não estava de acordo com o fim a que tinha sido dado ao espaço. As plantas que se encontravam naquele espaço deixaram de ser regadas e morreram. Questionou o senhor Presidente, que era do Partido Ecologista Os Verdes, sobre o que teria a dizer daquela situação, uma vez que se tratava de mais um espaço municipal completamente ao abandono. Questionou o senhor Presidente se achava que pelo facto de a Câmara ter colocado umas lonas à volta do Mirante, que o problema tinha ficado resolvido. Perguntou ao senhor Presidente qual foi a solução para o Mirante, se seria ficar coberto pelas lonas ou se depois do PDM ser aprovado seria construído naquele espaço um edifício, atirando o Mirante para uma sucata. O senhor Presidente teria de dar uma solução, porque as lonas à volta não resolviam a degradação, apesar de ter ficado bonito, mas o Mirante continuava degradado. O vendaval terá destapado e dera a conhecer aos setubalenses aquilo que existia naquele local e apressaram-se a tirar uma lona anterior com publicidade ao Montepio.

Perguntou qual foi a contrapartida para a Câmara Municipal de Setúbal, para os setubalenses e para Setúbal constar na referida lona a publicidade ao Montepio durante largos anos. Sabiam que tinham comprado o Imapark ao Montepio, mas certamente não teria sido essa a contrapartida no sentido de descontar na compra do referido imóvel. Disse que atualmente existiam umas lonas com umas fotografias bonitas. Questionou qual seria o destino e qual a solução prevista para o Mirante.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que na sequência daquilo que foi a intervenção do público na última reunião de Câmara, os representantes da Associação Direito ao Descanso vieram apresentar um problema que se agravava ao longo do tempo e que resultava dos elevados níveis de ruído, particularmente numa determinada zona da baixa da cidade onde estavam instalados a maioria de estabelecimentos de diversão noturna.

A Câmara Municipal de Setúbal era responsável pelo licenciamento dos espaços de diversão noturna, sendo que para além do licenciamento, era necessário garantir a fiscalização do cumprimento das regras e particularmente no que respeitava ao cumprimento da lei do ruído,

garantindo o direito ao descanso de todos os que residiam nas imediações ou que lá pernoitassem. Questionou o que estaria a ser feito ou aquilo que o município planeava fazer, não só na sequência da denúncia feita de forma pública pela Associação de Direito ao Descanso, mas também tendo em consideração àquilo que era a gestão corrente do município, para garantir o cumprimento da lei do ruído, para garantir que aqueles estabelecimentos pudessem funcionar normalmente, sem que aquilo que se passava no seu interior fosse audível na rua e nas habitações que o rodeavam.

Perguntou sobre o que já tinha sido feito, estava a ser feito ou seria feito num futuro breve, no sentido de garantir o direito ao descanso dos moradores daquela zona.

Relativamente ao Imapark, disse pretender saber se a locadora que financiara o Imapark, a Caixa Leasing & Factoring já tinha autorizado a celebração dos compromissos, que foram aprovados em reunião de Câmara, o contrato de arrendamento e a cedência do campo relvado sintético no protocolo com o Comércio Indústria. Uma vez que o senhor Presidente dissera na última reunião de Câmara que desconhecia, gostaria de saber a que título estaria a ser realizada uma ocupação, dentro daquilo a que se convencionara chamar o Logrador 3, por um estabelecimento de restauração e bebidas.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Joel Marques, que acabara de saber que a locadora dera autorização à Câmara, tal como tinha prometido, para poder desenvolver as atividades que entendessem, designadamente a construção e a requalificação daquele espaço.

Na realidade, era uma lacuna que existia, sendo que anteriormente houve outros acordos com outras instituições que funcionavam naquele espaço e nunca se colocara aquela questão, sendo que a mesma foi colocada em reunião de Câmara tal como se comprometeu, não haveria nenhum andamento às propostas que foram à reunião de Câmara enquanto não houvesse a resposta da locadora.

Na última reunião de Câmara a locadora ainda não respondera, no entanto, acabara de ter a informação por parte da locadora que poderia tomar a iniciativa de utilizar aquele espaço. A locadora iria elaborar um documento no sentido de autorizar a iniciativa da Câmara Municipal, que posteriormente faria chegar aos senhores Vereadores.

Relativamente à questão da Associação do Direito ao Descanso, foram indicados dois vereadores para dialogar com a associação no sentido de encontrar, avaliar, aprofundar a situação e procurar encontrar as soluções no quadro legal para ir de encontro às preocupações que a associação tinha e era isso que ocorria, pois já tinha havido uma primeira reunião e os serviços estariam a desencadear as iniciativas necessárias e as reuniões continuariam. Quando houvesse algo de concreto apresentariam em reunião de Câmara, para conhecimento dos senhores Vereadores.

Relativamente ao abandono dos equipamentos camarários, disse existirem determinadas forças políticas de que a única coisa que sabiam falar em Setúbal era daquilo que estava menos bem.

Aquilo que a Câmara Municipal de Setúbal fazia e era reconhecido por todos, que era enaltecido por todos, como garantia de atração de como nunca acontecera em Setúbal, tanto no investimento como daqueles que vinham a Setúbal, para usufruir daquilo que estava criado do ponto de vista urbano e do bem-estar.

No entanto, existiam forças políticas que a única coisa que encontravam era o abandono, o mal-estar, e falavam na desgraça na qual o município de Setúbal caíra. Percebia que haveria alguém que estaria muito preocupado com a situação, falando dos fins de ciclo, no entanto, os fins de ciclo felizmente não chegaram. Na avaliação que fazia, os fins de ciclo significariam um retrocesso enorme para Setúbal, para os setubalenses e azeitonenses. Bastava que não tivessem a memória curta, porque ainda estariam a resolver problemas graves que se arrastassem no tempo, que resultara de uma gestão danosa feita naquele território. Era aquilo que estava na memória das pessoas, só não estava na memória de um grupo político, de um partido político representado na Câmara Municipal. Disse lamentar que assim fosse, porque trabalhavam todos os dias para qualificar Setúbal, para tornar Setúbal mais atraente tanto

para o investimento como para as pessoas que a visitavam e que continuavam a investir na construção.

Referiu que da informação que tinha, no início do próximo ano, o investimento a construção de habitação ir-se-ia reforçar substancialmente, o que significava que quem construía sabia que haveria gente que pretenderia vir morar em Setúbal, beneficiando do investimento que há mais de 20 anos, esta Câmara Municipal tinha feito naquele território, beneficiando na qualidade de vida das pessoas. Infelizmente haveria quem não quisesse ver.

Disse que o Imapark, tal como já tinha dito dezenas de vezes e continuaria a repetir, tinha projetos para a sua requalificação. Procuravam parceiros para a requalificação ter um custo menor para a Câmara Municipal, sendo da responsabilidade de quem fazia a gestão do município.

O Imapark tinha uma portaria, vigilância e até tinha alguma atividade, não estando ao abandono tal como referiram os senhores Vereadores, mas cada um fazia a sua interpretação, expressando publicamente aquilo que lhe ia na alma, no entanto, tinham a garantia e a confiança de que os setubalenses e os azeitonenses olhavam para Setúbal de uma forma diferente que o Partido Socialista olhava.

Relativamente à Praça de Touros disse que também foi um investimento da Câmara Municipal, que era reconhecido como um património, enquadrado num bairro tradicional de Setúbal com a sua história, do qual pretendiam preservar. A Câmara Municipal adquirira a praça de touros, tendo em conta a degradação a que ela era sujeita, no sentido de ser o património municipal, requalificando e garantindo que fosse preservado, por essa razão a Câmara Municipal entendera adquirir aquela instalação.

A questão passava por encontrar a oportunidade de fazer um investimento em termos de uso daquele espaço.

Na ponderação que vinham fazendo colocava-se a possibilidade de um multiuso que também pudesse conter atividade tauromáquica, mas tendo em conta o estudo feito sobre aquela matéria, concluíram ter custos associados muito significativos e a Câmara Municipal, embora continuasse a estudar e a avaliar essa possibilidade, teria uma tendência de evoluir para a requalificação de um espaço multiuso, mas não considerando o uso daquele espaço para a atividade tauromáquica.

Disse que ficou *“muito agradado”* com a intervenção do senhor Vereador Fernando José, que não conseguia falar sobre alguma coisa boa em Setúbal ou em Azeitão, porque o senhor Vereador não tinha capacidade para isso e a única coisa que o senhor Vereador sabia dizer era *“eu sou de Setúbal”*, fazendo questão de o afirmar. Pelo facto de ser de Setúbal não significaria que fosse melhor nas responsabilidades públicas do que aquele que não era de Setúbal, era preciso dar provas e o senhor Vereador não tinha uma única prova ao longo dos anos em que foi autarca, era zero e a única coisa que sabia dizer era mal de Setúbal. Certamente que os incomodava o facto do senhor Vereador Fernando José dizer mal de Setúbal, porque aquilo que faziam diariamente era trabalhar para enaltecer Setúbal, para que mais gente gostasse de Setúbal, para que quem vivia em Setúbal e em Azeitão vivesse melhor.

O senhor Vereador Fernando José fazia as ameaças que pretendesse, poderia ir para o Ministério Público, na realidade, tinha-lhe dito que durante dois ou três dias teria resposta ao requerimento que apresentara.

Os serviços não estavam ali só para dar resposta àquilo que o senhor Vereador pedia, os serviços tinham as suas competências e as suas responsabilidades, certamente que teriam de dar resposta àquilo que os Vereadores da oposição solicitavam, no entanto, tudo aquilo teria o seu tempo. O senhor Vereador Fernando José pretendia fazer gincana política, que era uma coisa que sabia fazer muito bem.

Disse que o senhor Vereador tinha deixado de fazer durante algum tempo de central de propaganda do seu Governo. Infelizmente, o Governo PS tinha determinadas áreas em que era profundamente lamentável os resultados. Referiu que fazia aquilo que fosse necessário para defender os interesses das populações de Setúbal e Azeitão e tinha dado provas, coisa que o senhor Vereador não era capaz, antes pelo contrário, porque falava nos protestos,

falava das contas certas que, na prática, viam o resultado da central propaganda que o senhor Vereador Fernando José montara na Câmara Municipal de Setúbal.

Relativamente à questão das ameaças, o senhor vereador é que saberia aquilo que deveria fazer, o senhor vereador também já tinha feito outras iniciativas. O senhor Vereador fez duas queixas à entidade da comunicação do qual obtivera resposta, mas que nunca falara sobre isso e qual foi a resposta que obtivera da referida iniciativa.

Disse serem entendimentos diferentes de estar na gestão municipal, de saber quão era importante terem as populações a participar, quanto era importante haver informação que era uma obrigação da gestão em qualquer parte, nas empresas, nas câmaras municipais, para as populações estarem mais bem preparadas para que participassem na vida pública, no caso das câmaras municipais.

Aquele era o grande desafio, os investimentos dentro das suas possibilidades foram feitos naquela área e o senhor Vereador considerava penalizador dos seus interesses partidários e por essa razão terá apresentado as queixas à autoridade.

O senhor Vereador não faria com que o aquele executivo municipal alterasse aquilo que seriam as suas orientações, aquilo que era o seu trabalho, aquilo que era um projeto de 20 anos para pagar uma dívida que existia e que em determinado momento se viram confrontados com a possibilidade de não terem dinheiro para pagar salários aos trabalhadores. Tratava-se de uma coisa que o senhor Vereador Fernando José não falava e que eram marcas muito profundas.

O senhor Vereador também não falava das urbanizações feitas na gestão do Partido Socialista que ficaram por concluir, tendo sido uma recuperação constante de investimento anual, com garantia às populações de que continuariam a fazer o investimento, nas possibilidades do orçamento municipal. As contas certas estavam na Câmara Municipal, porque faziam o investimento dentro das possibilidades que tinham para que a situação financeira da Câmara Municipal continuasse a ser, na gestão da CDU, uma situação financeira controlada, que era isso que não acontecia quando chegaram à Câmara Municipal. O senhor Vereador Fernando José - para não falar de 20 anos -, tinha ido buscar aquilo que se passou há 40 anos, o que era lamentável.

No que diz respeito ao estacionamento, seria benéfico que o senhor Vereador, quando andava a gastar dinheiro na colocação de painéis sobre "*se tinha dinheiro para pagar 40 anos de uma concessão*", se preocupasse em criar estacionamento tarifado nos municípios socialistas que tinham necessidade de espaço urbano. Questionou o senhor Vereador se já tinha ido verificar que os mesmos municípios não tinham contratos de 40 anos. Os respetivos municípios geridos pelo Partido Socialista tinham contratos de 10 e mais 10 anos ou mais 20 anos. Que ficasse bem registado que não estaria a defender o contrato de 40 anos, mas a forma como o senhor Vereador fazia política, manipulando a opinião das pessoas - o que era de lamentar -, porque perguntar se tinha moedas para pagar durante 40 anos, quando na realidade os municípios geridos pelo Partido Socialista faziam contratos de 10, 20, 30 ou até mesmo de 40 anos. Significava renovarem os contratos ou faziam novos contratos, era uma realidade a sua existência, porque o estacionamento tarifado era necessário ser feito.

Quando o senhor Vereador fazia aquelas campanhas manipuladoras, esquecia-se de dizer que, no caso de Setúbal, tinha no contrato a construção de dois parques de estacionamento enterrados e cada um dos parques de estacionamento enterrado, aos preços atuais do mercado, estariam na ordem dos 10 milhões de euros.

Quando só se dizia metade daquilo que era importante dizer, conforme os interesses de quem estaria a manipular, naturalmente que não se falava da outra parte e a isso chamava-se manipulação da opinião pública. Certamente que os setubalenses e azeitonenses acompanhavam a situação.

Disse que teriam sempre a possibilidade de falar sobre aqueles assuntos e verificar a forma concreta como a Câmara Municipal de Setúbal dava resposta aos problemas das populações. Não daria resposta ao ritmo que o senhor Vereador eventualmente pretendesse, mas dava resposta ao nível a que o orçamento municipal e a estratégia municipal definida e o estabelecia.

Sr. Vereador Joel Marques – Relativamente àquilo que era o contrato de estacionamento tarifado, disse que o senhor Presidente tinha razão, seria provável que os setubalenses não precisassem de ter moedas para 40 anos, porque já seria possível fazer o pagamento mediante uma aplicação e com as novas tecnologias dispensavam a moeda corrente.

Na verdade, manipular a opinião pública era dizer, passados 2/3 anos da assinatura daquele contrato de concessão, que aquele contrato incluía a obrigatoriedade de terem dois parques de estacionamento subterrâneos, mas esqueceram-se de dizer, e era naquele esquecimento que residia a manipulação, que o primeiro parque da Avenida Luísa Todi que deveria estar em vias de ser concluído e de ser inaugurado, ainda nem sequer começou.

Também era esquecer-se de dizer que havia uma compensação, conforme o célebre anexo 9 ao contrato de concessão, que deveria ter sido dada ao município, que rondaria na altura perto de um milhão de euros e decorridos quase 10% do prazo de concessão, aquela obra nem se vislumbrava.

Aquilo é que seria manipular a opinião pública, ao vender a ideia de que um contrato por 40 anos era a melhor solução, vender a ideia de que ter um aumento de estacionamento tarifado à superfície superior a 500% no número de lugares, estendendo o estacionamento tarifado à superfície para bairros residenciais, onde não existia pressão significativa de estacionamento, vendendo a ideia como sendo a solução para aquilo que seriam os problemas de circulação na cidade, isso seria manipular a opinião pública.

Seria o mesmo que dizer precisarem de reforço das forças de segurança, porque os carros estavam mal-estacionados em cima do passeio, porque logo a seguir existiam parquímetros que oneravam significativamente a bolsa dos setubalenses naquilo que eram as suas despesas mensais.

Relativamente à Praça de Touros, o senhor Presidente entendia que aquele património fosse recuperado e que tivesse uma atividade que fosse para além daquilo que era a atividade tauromáquica, ao qual concordava, porque entendia que era necessário que preservassem património e era conveniente que aquele espaço tivesse usos que iriam muito para além daquilo que era a atividade tauromaquia.

Questionou por que razão tinham ao abandono naquele espaço cartazes antigos, sendo um deles quase centenário, um cartaz de 1932, em estado de degradação absolutamente indescritível.

Perguntou porque é que com a intenção de preservação do património ficasse apenas por aquilo que era uma fachada e não se entrevia naquilo que era a preservação de uma memória coletiva, dos cartazes que ainda tinham alguma capacidade de recuperação, com interesse histórico.

Aquela intervenção deveria ter sido feita, uma vez que aquele espaço pertencia ao município, há pelo menos seis anos. Questionou por que razão nunca o mesmo tinha sido feito.

Questionou por que razão quando tinham uma intenção de preservar património o deixavam ao abandono. Acreditava que o senhor Presidente não tivesse tido oportunidade, nem naquele mandato, nem no mandato anterior, de visitar aquele espaço, mas mais do que abandono, mais do que terem uma praça de touros que naquele momento era relvada, por que razão afirmavam ser necessário preservar e reabilitar aquele espaço, depois deixando-o ao abandono, criando situações que colocavam inclusivamente em causa aquilo que era saúde pública. Falavam de um espaço, que estava coberto de dejetos de animais, com ratos mortos, pombos mortos e gatos espalhados por todo o espaço, tinham no interior restos de utensílios, em tempos utilizados para alimentar animais errantes.

Quando falavam em preservação do património e pretendiam fazer dessa preservação gala, não bastava adquirirem o espaço e depois deixá-lo esquecido à espera que um dia houvesse a capacidade de fazer a intervenção, era preciso que quando se tomava uma decisão daquelas, que custara ao município, um milhão, cento e noventa e um mil euros, fora os juros que o município pagava, depois escolhiam deixar o património num estado de abandono total, em que nem sequer a mais básica limpeza era feita para preservação da saúde pública.

Não poderiam só dizer que aquele espaço estava integrado num bairro com interesse histórico e que foi particularmente recuperado, também era preciso dizer que aquelas pessoas que viviam naquele bairro de interesse histórico, que era recuperado, viviam numa condição de salubridade absolutamente deficiente, viviam nas imediações de um espaço público, um espaço municipal e que tinha condições de salubridade absolutamente inexistentes, completamente coberta de dejetos de animais, recheado de animais mortos.

Questionou o senhor Presidente se a questão de saúde pública não o preocupava, se a questão da limpeza daquele espaço e de preservação para evitar que a degradação se acentuasse não o preocupava, se considerava colocar umas redes no teto para evitar que as derrocadas caíssem no chão, para evitar que pontualmente pudesse apanhar alguém que visitasse o local com uma parte do estuque ou parte do teto na cabeça.

Disse existirem zonas no primeiro piso, onde as vigas que faziam sustentação do telhado já nem sequer estavam agarradas à parede. Aquilo que assistiram na segunda-feira foi uma situação de eminente derrocada do telhado. Questionou o senhor Presidente, se aquilo não o preocupava naquilo que respeitava à preservação daquele património. Questionou o senhor Presidente se não seria necessário garantir no mínimo que as vigas fossem escoradas para evitar que aquela degradação se acentuasse.

Perguntou se não acharia necessário proceder à preservação de alguns painéis, de alguns cartazes de interesse histórico que estavam ainda lá, bem como se bastaria apenas adquirirem o edifício e depois esquecerem que ele existia, para terem apenas a bandeira de *“connosco este património tornou-se municipal, porque nós queremos, um dia quem sabe, eventualmente neste século, vir a recuperá-lo”*.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Joel Marques, relativamente ao estacionamento, que quando o Partido Socialista enchia a cidade de cartazes a dizer terem para pagar parquímetros durante 40 anos. Questionou se os municípios geridos pelo Partido Socialista não tinham também muitos deles, há 40 anos, estacionamento tarifado. Relativamente à questão de saber se concordaria no conteúdo daquele contrato, pelo período de 40 anos, nunca dissera que concordaria. Quando chegara à gestão da Câmara Municipal tinha sido confrontado com uma situação da qual estariam a gerir. Disse ser estranho que o Partido Socialista viesse colocar a questão da forma como a colocava. O facto de um parque de estacionamento previsto e ainda não ter sido concluído, não era manipulação da opinião pública, porque todas as pessoas na cidade sabiam que o parque não tinha sido construído. Quando se perguntava se tinha dinheiro para pagar os 40 anos, isso já seria manipulação. Deveriam identificar os municípios do Partido Socialista do mesmo nível de Setúbal, que tivessem estacionamento tarifado há mais de 40 anos, na realidade eram vários. Questionou se o Partido Socialista de Setúbal era contra o estacionamento tarifado, o que seria manipulação da opinião pública.

Intervenção inaudível

Sr. Presidente – Disse que a gestão daquele contrato era feita e que a gestão daquelas questões mais complicadas foi conduzida a bom termo.

Relativamente à questão da saúde pública na Praça de Touros, disse que para o senhor Vereador entrar na Praça de Touros tivera que solicitar à Câmara Municipal para poder entrar, significava que a praça de touros estava vedada ao público, não estando em causa diretamente as questões da saúde pública. Seria mais uma forma de especular, de vender propaganda política e partidária, no entanto, o executivo CDU saberia gerir os compromissos que assumiram e era isso que estariam a fazer.

Sr. Vereador Pedro Pina – Referiu a propósito da intervenção da senhora Vereadora Sónia Martins, que colocara duas questões dirigidas ao executivo municipal e para complementar a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal relativo à candidatura do programa Bairros Digitais, disse que o caderno de encargos estava praticamente concluído e que

tinham sinalizadas mais de oitocentas entradas de comerciante naquela candidatura, o que significava um número bastante representativo de todo um universo de entidades, pequenas, médias e microempresas que estavam relacionadas. Tratava-se de uma entidade parceira que resultara do trabalho desenvolvido na zona de Troino e até final do ano teriam aquele processo concluído, havendo uma sessão pública de apresentação, nomeadamente àqueles que eram interessados na candidatura.

Relativamente à Casa das 4 Cabeças disse que se tratava de um espaço histórico, requalificado através de uma candidatura que serviu para múltiplas ofertas de necessidades da Câmara Municipal, desde o apoio a residências artísticas, no período covid servira de retaguarda a pessoas que necessitavam de descanso e em múltiplas situações servia também para emergências sociais.

O senhor Presidente perguntou onde estaria em 2025, certamente o senhor Vereador Fernando José estaria mais preocupado em 2024, considerando que iriam ter eleições legislativas para muito breve e aquilo que era o contexto político, provavelmente seria uma preocupação que mais deveria ocupar o Partido Socialista do que os eleitos na Câmara Municipal. Em março de 2024 os portugueses seriam chamados a pronunciar-se.

Disse que tinha sido feito um discurso quase queirosiano por parte do senhor Vereador Joel Marques, sendo um homem da área da contabilidade e dos números, deveria ter levado certamente uma grelha para quantificar o número de animais mortos que encontrara na praça de touros.

No que se referia à requalificação de património era caso para dizer que o Partido Socialista *“era preciso ter lata”*, porque quando o Partido Socialista interpelava o executivo municipal sobre a localização dos projetos do Imapark e da Praça de Touros, seria muito interessante que o Partido Socialista questionasse o que seria feito do Convento de Jesus, património nacional qualificado e que estava em risco de derrocada, de um valor incalculável patrimonial e de um significado absolutamente incontornável naquilo que era a história da cidade e do país; Que o Partido Socialista questionasse sobre o que seria feito do Forte de Albarquel, espaço do Estado requalificado por investimento privado e por uma parte do investimento público da Câmara Municipal de Setúbal, o que seria feito naquele momento por iniciativa da Câmara Municipal na contenção/manutenção do Forte de São Filipe. O que seria feito do Quartel do Onze, atualmente espaço de formação e qualificado com uma componente de hotelaria, de galeria e de escola profissional. Sobre matéria de património, recuperação do património, qualificação e preservação do património estariam conversados.

Quando uma autarquia tomava a iniciativa ficavam a perceber que o Vereador Joel Marques só lhe preocupava a fachada da Praça Carlos Relvas, a segunda praça mais antiga do país do ponto de vista patrimonial, pelo que seria preciso ter alguma contenção. Percebia o ponto de vista populista, mas *“quem não quer ser lobo não lhe veste a pele”*.

Disse ser incompreensível, estando o Partido Socialista a viver a situação que vivia, tivesse a arrogância e a presunção de vir dar lições do que deveria ser a intervenção sobre determinadas matérias daquele executivo municipal, quando deveriam olhar para o seu partido. Certamente que valeria a pena pensar antes de verbalizar algumas das acusações e das insinuações que faziam ao executivo municipal. Se não pretendiam que não houvesse uma reputação àquilo que seriam as suas afirmações, então deveriam ser cautelosos ou deveriam exercer alguma ética. Se não gostavam de ser visados da forma como foram visados, até por partidos populistas, não fizessem a mesma estratégia política com outros, porque era isso que sistematicamente faziam na Câmara Municipal.

Aquilo que o senhor Vereador Joel Marques fez teria sido um exercício de populismo. Ninguém punha em causa o estado de degradação do imóvel que, de facto, haveria necessidade de pensar numa preocupação permanente, no entanto, o senhor Vereador esteve durante dez minutos a descrever, o pombo, o rato, o gato e o lixo. Certamente que os serviços conheciam a situação. O senhor Vereador pretendia fazer um exercício de propaganda populista que nada tinha a ver com o superior interesse daqueles que deveriam merecer a ocupação, caso contrário seria um pouco mais conciso e objetivo. Tratava-se de uma questão de geografia, o senhor Vereador foi um excelente aluno a matemática, mas em

geografia não seria tão bom aluno, porque o foco do problema que estava naquela zona, não era a Praça de Touros, mas o Centro Hospitalar de Setúbal e sobre aquilo os senhores Vereadores nem uma palavra.

Sobre o Centro Hospitalar de Setúbal havia um silêncio ensurdecedor da parte do Partido Socialista que continuava a querer de alguma forma adjectivar o executivo da CDU, o seu Presidente e os seus eleitos, de que protestavam de uma forma veemente.

Os leitos da CDU protestavam e continuariam a protestar, sendo um protesto que teria a cumplicidade do Partido Socialista, porque ninguém poderia continuar a ser indiferente a um flagelo que afetava milhares de concidadãos de Setúbal, Palmela, Sesimbra, de toda a Península de Setúbal e da Área Metropolitana, relacionado com a resposta das urgências dos diferentes centros hospitalares em matéria de saúde.

Quando se falava daquilo que eram prioridades, era bom que se percebesse o que seriam prioridades. O prioritário era perceber quando estava prevista a concretização de uma lei que passava a considerar a constituição das unidades locais de saúde, a partir do dia 1 de janeiro, com um Governo demissionário, perceber com que autoridade, com que consistência e com que coerência se iria nomear uma administração para exercer as funções de uma Unidade Local de Saúde, mas, acima de tudo perceber que as ULS eram a panaceia para todos os males daquilo que era o Serviço Nacional de Saúde.

Questionou se haveria alguma perspetiva ou expectativa que, através das ULS que estivessem constituídas a partir do dia 1 de janeiro e perceber objetivamente que o conteúdo funcional estaria para além daquilo que a própria lei inscrevia.

Questionou se iriam ter as urgências de ginecologia/obstetrícia a funcionar, se iriam ter as urgências de pediatria a funcionar, se iriam ter mais recursos humanos a responder, se iriam ter mais atratividade para os profissionais não continuarem a sair de debandada do Serviço Nacional de Saúde como continuava a acontecer.

O senhor Ministro, faria em fevereiro do próximo ano, um ano, que viera dizer aos senhores presidentes das câmaras municipais de Setúbal, Palmela e Sesimbra que a questão das urgências programadas era uma situação transitória. A qual não só se tornara transitória como se tornara definitiva, sendo que a programação passara a ter aquilo que era o chamado hospital de retaguarda. O Hospital Garcia de Orta, que deixara de estar aberto como resposta complementar, a partir das 24 horas até às 8 horas da manhã, acabava por implicar a deslocação de utentes para Lisboa, sabendo-se à partida as dificuldades que vivia o Hospital Central de Lisboa.

Depois de toda aquela realidade, os senhores vinham falar da Praça de Touros. Questionou se estariam a brincar com a população. Questionou que tipo de prioridades estariam a falar. Percebia que quisessem desviar a atenção dos setubalenses, mas sobre aquela matéria era zero de resposta para dar aos cidadãos de Setúbal e Azeitão.

Não tinham resposta nenhuma para objetivamente dizer se iriam ter mais médicos, se iriam ter mais recursos, se iriam ter mais investimento, se iriam ter urgências a funcionar, se iriam ter a capacidade de como dizia o senhor Vereador Fernando José, que se dizia e muito bem, ali nascido e criado, se aqueles que pudessem ter essa pretensão o pudessem fazer, porque efetivamente não sabiam se o conseguiam fazer. Mesmo numa simples constipação, caso tivesse de ir a uma urgência hospitalar, não saberia se conseguiriam responder a alguns dos momentos em que a urgência pudesse estar encerrada.

Tratava-se de questões que valeriam a pena considerarem e terem em atenção, pelo que voltava a dizer *“quem não quer ser lobo, não lhe vista a pele”*. Uma aprendizagem de um provérbio popular que o Partido Socialista, infelizmente, naqueles tempos que viviam, não conseguira ainda apreender, no entanto, ainda iriam a tempo.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que já ia longo o período de antes da ordem do dia, mas queria dar nota no seguimento da questão que levantou sobre os problemas na EN 10, de que não se tratava de obstaculizar aquilo que era a resposta ou o trabalho do Hospital da Luz, antes pelo contrário, até na sequência daquilo que acabara de descrever o senhor vereador Pedro Pina, o Hospital da Luz de Setúbal tinha cada vez mais afluência, porque não

havia resposta e as pessoas teriam que procurar outras alternativas, nomeadamente através dos hospitais privados. Disse que a sua questão seria no sentido de a autarquia tomar medidas, ser um parceiro e não ficar à espera que a solução viesse única e exclusivamente do hospital, de todo criando algum obstáculo.

Relativamente à questão dos Bairros Digitais agradecera aquilo que tinha sido transmitido. Tratava-se de um projeto muito interessante que iria dinamizar principalmente o comércio da baixa, daí o interesse de tentarem perceber, porque seria um impulsionador interessante.

Sr. Presidente – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que quando chegaram ao ponto de dialogar presencialmente com a administração do hospital era no sentido de serem parceiros numa solução, e era isso que estava ali em causa.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os Vereadores do Partido Socialista podiam fazer uma intervenção sobre o Serviço Nacional de Saúde, a escola pública, o combate à precariedade laboral, a valorização salarial histórica nos últimos anos, mas os Vereadores do Partido Socialista em democracia eram livres de fazerem a intervenção que entendessem. Enquanto Vereadores na Câmara Municipal de Setúbal entenderam colocar questões sobre espaços adquiridos pela Câmara Municipal de Setúbal que estavam votados ao abandono, sobre os quais não tinham nenhuma solução.

Verificaram que o senhor Presidente usara a estratégia useira e vezeira, recorrendo há 20 anos, “*chutando*” para o tempo do professor Mata de Cáceres para tentar justificar aquilo que não tinha nenhum enquadramento no presente. O senhor Vereador Pedro Pina tentara desviar as questões levantadas sobre o Imapark e sobre a Praça de Touros, levantando a questão sobre o Serviço Nacional de Saúde.

Obviamente que estariam preocupados como sempre estiveram com o Serviço Nacional de Saúde, mas acreditavam e continuavam confiantes que o Governo estaria a encontrar soluções que teriam, a curto, médio e longo prazo, as respostas assertivas. Assim foi numa colaboração direta com a Câmara Municipal de Setúbal na construção do Centro de Saúde de Azeitão, prestes a ser inaugurado, assim foi com a construção do novo edifício das urgências do Hospital de São Bernardo, as obras estavam em curso.

As respostas eram encontradas, mas não foi sobre aquele tema e poderiam estar disponíveis para debater quando isso fosse necessário sobre as questões da escola pública e do Serviço Nacional de Saúde. Aquilo que levantaram foram questões de resolução complexa. O que o senhor Vereador Joel Marques dissera sobre a Praça de Touros era uma realidade, tentando fazer a identificação do estado de degradação em que aquele espaço se encontrava sem solução, assim como o espaço do Imapark que se encontrava ao abandono sem qualquer solução.

Tratava-se de duas questões concretas levantadas, que o senhor Presidente continuava sem resposta, atirando para uma resposta que lhes seria dada dali a 2, 3, 15, 20 dias. Iriam aguardar até final da semana. Não foi nenhuma ameaça, era uma constatação, o mesmo já acontecera no passado quando os Vereadores do Partido Socialista fizeram um requerimento para que lhes fosse entregue os extratos dos cartões de crédito, porque andaram quase 6 meses sem resposta, e quando foram confrontados que iriam para o Ministério Público passada uma semana os extratos dos cartões de crédito foram-lhes entregues.

Relativamente à questão dos projetos, que datavam de 2021 e de 2020, a constatação era aquela.

Não sobrecarregavam serviços, não estavam a sobrecarregar os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal. Os projetos existiam, pelo menos acreditavam que eles existiam, porque tinham sido pagos e deveriam estar na Câmara Municipal de Setúbal, solicitaram apenas que lhes fossem entregues ou que os pudessem consultar num determinado dia. Não estavam a sobrecarregar ninguém, pois não pretendiam que fossem tiradas fotocópias de todo o processo.

As questões levantadas foram pertinentes, sendo questões pragmáticas. Não tinham nenhum tipo de respaldo em recuar 20 anos atrás para falar novamente de Mata Cáceres, nem sequer para desviar para falar sobre o Serviço Nacional de Saúde.

Tratavam-se de questões concretas, da responsabilidade do senhor Presidente e sobre as quais não poderia ir para a rua de bandeira na mão protestar e teria que responder por elas, não podendo atirar para cima de ninguém, tal como era a questão do estacionamento.

Foi o senhor Presidente - que não poderia desmentir -, que desenhou o alargamento do estacionamento tarifado na cidade de Setúbal, enquanto Vereador do Urbanismo e que enquanto Presidente da Assembleia Municipal não se ouvira uma palavra da sua boca para dizer que não estava de acordo com os 40 anos de concessão, não se ouvira uma palavra da sua boca para dizer que estava contra o alargamento do estacionamento a 500% na cidade de Setúbal, não se ouvira uma palavra da sua boca para dizer que não estava de acordo com o anexo 9, nomeadamente na contrapartida de construir uma parede no Largo José Afonso, não se ouvira uma palavra da sua boca para dizer que não estava de acordo com a construção do estacionamento subterrâneo na localização em que estava prevista.

O senhor Presidente desenhou tudo aquilo enquanto Vereador do Urbanismo e enquanto Presidente da Assembleia Municipal, tendo colocado à votação dos deputados da Assembleia Municipal e aplaudindo a sua votação, não da mesma forma entusiasta que aplaudira a queda do Governo, que terá celebrado de forma bastante emotiva a queda do Governo do Partido Socialista num restaurante da cidade. Caso desmentisse teria a sua antecessora que desmentir.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não poderia deixar de registar que certamente o senhor Vereador Pedro Pina, não *“comera a sobremesa”*, de acordo com o teor da sua intervenção. A *“presunção em água benta cada um toma a que quer”* e o senhor Vereador Pedro Pina tomou mais água benta do que *“comido sobremesa”*. Tendo-lhe recomendado umas *“barrigas de freira”* polvilhadas com açúcar em pó, certamente que lhe *“adoçaria a boca e o espírito”*.

Informou o senhor Vereador Pedro Pina que, para saberem contar não precisavam de ser especialistas em economia, era uma competência que se adquiria na escola primária.

O senhor vereador Pedro Pina, com os pelouros do Desporto e da Cultura, seria um dos mais interessados na existência de um espaço multiusos na cidade, poderia visitar aquele que seria no futuro um espaço multiusos e verificar aquilo que os Vereadores do PS verificaram na segunda-feira. Teria oportunidade de verificar aquilo que verificaram, teria a oportunidade de contar, certamente seria uma competência que acreditava que o senhor Vereador também tivesse, e depois retiraria as suas conclusões.

Para além de matemática também gostava muito de história e o senhor Vereador falara no Quartel do Onze de forma muito entusiástica, naquilo que foi a solução encontrada para o Quartel do Onze, na instalação da Escola de Hotelaria e Turismo.

Recordou o senhor Vereador que a instalação da Escola de Hotelaria e Turismo estava prevista no dealbar do século XXI, mas que não se concretizara no mandato 2001/2005, porque o executivo CDU, presidido por Carlos Sousa, entendera que naquele espaço não deveria nascer uma escola de Hotelaria e Turismo, mas sim, um centro cultural e anos depois foram instalar uma escola de Hotelaria e Turismo.

Realmente era curioso, foi o executivo de Mata Cáceres que deixara o plano todo estruturado, fechado, não tendo sido concretizado por iniciativa do executivo da CDU no mandato 2001/2005.

Informou o senhor Vereador Pedro Pina que era preciso também conhecer um pouco da história, não seria apenas saber contar, porque para isso também poderia utilizar os dedos.

Sr. Presidente – Disse que os senhores Vereadores do Partido Socialista tinham-no acusado de estar mais empenhado no protesto do que propriamente na gestão da Câmara Municipal. Disse que continuaria empenhado naquilo que considerava o protesto sempre em defesa dos interesses da população de Setúbal e Azeitão. Continuaria no protesto, embora não fosse

acompanhado pelos vereadores do Partido Socialista na restituição do Parque da Comenda à população de Setúbal e Azeitão. Estaria no protesto contra a situação do Serviço Nacional de Saúde, da situação do Hospital de Setúbal, da situação do Centro de Saúde de Azeitão que estava concluído, mas desconheciam quando iria ser inaugurado, depois de um esforço da Câmara Municipal numa parceria com o Ministério da Saúde.

Disse que estaria sempre à disposição da população para o que fosse necessário, embora não compreendesse o motivo pelo qual o Partido Socialista insiste tanto em acusar o executivo da CDU no processo contra os bombeiros, quando sabia que o problema estava relacionado à falta de resolução de um problema da legislação que dependia exclusivamente do Governo. Foi a intervenção do senhor Presidente da República que fez com que aquela situação fosse ultrapassada, sem falar na sua própria iniciativa ao longo de meses em chamar a atenção do Governo para que fizesse aquela alteração.

Não deixava de registar aquele comportamento do Partido Socialista em Setúbal. Poderiam ter a certeza que continuaria a defender o Serviço Nacional de Saúde, o direito a uma saúde de qualidade no município de Setúbal, o direito de as pessoas usufruírem do património que assimilaram, como era o caso da Comenda.

Disse que continuaria a protestar, desde o dia em que receberam por lei a transferência das escolas para o município de Setúbal, quando se sabia já em 2019 que o Ministério da Educação considerava que três escolas do município de Setúbal necessitavam de uma intervenção de emergência e continuavam à espera que o Governo decidisse como se iria resolver aquele problema.

O que era ainda mais preocupante, no entanto, não preocupava nada aos senhores Vereadores do Partido Socialista, quando o Governo abria a possibilidade de os municípios concorrerem para a requalificação dessas escolas, depois terem de lançar o procedimento num concurso internacional que demoraria cerca de um ano, sabendo que as obras que faltavam fazer naquelas escolas, levariam entre três e quatro anos a desenvolver.

Questionou os Vereadores do Partido Socialista, qual seria a resposta que iriam dar aos encarregados de educação e às crianças que iriam ter de ficar mais quatro ou cinco anos a utilizar aquelas escolas que já não tinham condições de ser utilizadas.

Questionou os Vereadores do Partido Socialista qual seria a posição e o que iriam dizer às populações de Setúbal e Azeitão, quando já em 2019 estava identificado pelo Governo que aquelas escolas precisavam de intervenção imediata. Esperavam que tivessem uma resposta para as populações.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não era verdade a questão do conflito laboral nos bombeiros. Disse que o senhor Presidente tentava criar uma imagem naquele conflito que não era a realidade. O erro na reposição salarial dos Bombeiros Sapadores não tinha nada a ver com o Governo.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador Fernando José iria arranjar um argumento e dar volta à questão.

A questão das manifestações dos bombeiros estaria relacionada com o facto de não existir uma alteração a um decreto-lei que era da responsabilidade do Governo e que estaria relacionado com o pagamento das horas extraordinárias e do subsídio de turno. Tal como tinha ficado provado, aquela situação dependia exclusivamente por falta de um decreto-lei do Governo que demorara anos por alterar e que por força de uma decisão do tribunal, o município de Setúbal cumprira a lei e as ordens dos tribunais, tendo sido obrigado a suspender o pagamento do subsídio de turno aos Bombeiros Sapadores. Aquela situação dependia do Governo que era do senhor Vereador Fernando José, o qual nunca terá falado sobre a situação naquele espaço, ao contrário, aquilo que fez naquela Câmara e na rua foi acusar aquele executivo de não dar resposta a reivindicações dos bombeiros.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os bombeiros estavam em greve há 12 meses. Questionou o senhor Presidente se saberia qual tina sido o fundamento da greve. Tratou-se

de falta de negociação com a Câmara Municipal de Setúbal, de um erro que tinha sido assumido pela Câmara Municipal de Setúbal na reposição salarial, de um despacho de nomeação de chefias que o tribunal veio dizer que os fundamentos eram obscuros, mas o senhor Presidente sobre isso não tinha ficado preocupado. O tribunal disse que os fundamentos do despacho da Câmara Municipal de Setúbal foram obscuros e sobre aquilo o senhor Presidente nunca dissera uma palavra.

O senhor Presidente dissera, que aquilo eram coisas da sua cabeça, mas a verdade é que estavam na sentença, estavam na decisão judicial, o que seria preocupante da parte do senhor Presidente nunca ouvir uma palavra sobre um despacho em ter sido consubstanciada em fundamentos obscuros.

Aquele conflito laboral teria a ver com o assédio laboral, com o não cumprimento do mínimo das escalas e no final daquele conflito, depois de quase 10 meses de greve e de 10 meses de conflito que se arrastava, tivera aquela situação. Quando o senhor Presidente fora recebido pelo Governo, o Governo num espaço de dois meses resolvera a situação com uma clarificação.

Sr. Presidente – Disse ser preciso muito descaramento, sendo o senhor Vereador naquela câmara e deputado na Assembleia da República e nunca conseguiu dar um passo junto do seu Governo ou na Assembleia da República na defesa dos direitos daqueles trabalhadores, depois de já ter a oportunidade de denunciar a situação várias vezes.

Desde 2006 que existia aquela situação, que não era somente na Câmara de Setúbal, embora a Câmara de Setúbal ficasse numa situação pior porque, houve uma decisão do tribunal e o executivo cumpria as decisões dos tribunais.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que quando os Vereadores do Partido Socialista fizeram uma proposta para que a Câmara Municipal de Setúbal aceitasse a decisão do tribunal, o senhor Presidente justificara perante os vereadores da câmara e perante os trabalhadores que a Câmara Municipal de Setúbal estava impedida de aceitar a decisão do tribunal. Verificaram meses depois que a Câmara Municipal de Setúbal aceitara a decisão do tribunal e não estava obrigada a recorrer. O senhor Presidente incorreu numa enorme imprecisão.

Quanto à questão da nomeação de nomeação das chefias disse que o executivo CDU recorreu de uma decisão do tribunal e depois retiraram esse recurso.

Quanto à questão do mínimo das escalas, o executivo CDU negara constantemente o mínimo das escalas, inclusivamente criaram um grupo de trabalho para lhes levar o resultado daquele grupo de trabalho. Decorridos alguns meses, verificaram que a Câmara reconhecera a existência de problemas nas escalas, não só na questão dos mínimos, mas também na questão do descanso compensatório que alguns vereadores do Partido Socialista alertavam há largos meses. Relativamente à questão do assédio laboral, o executivo CDU acabara por assumir existirem problemas de assédio laboral na companhia de Bombeiros Sapadores.

Felizmente que o tempo do diálogo dera lugar a um necessário consenso e que atualmente existia a paz social que os vereadores do Partido Socialista exigiam há muito tempo e aquilo que os incomodava era que aquele problema não tivesse sido resolvido há mais tempo, tendo chegado a situações que seriam perfeitamente evitáveis, pela incapacidade do executivo CDU.

Terminava com a questão das escolas, porque tinha sido essa a pergunta que o Sr. Presidente lhe tinha feito. Como o Sr. Presidente sabia, tal como existia na questão do flagelo da habitação indigna, o Governo tinha assumido um desígnio, de resolver esse problema, e tinha avançado com um projeto. Nenhum outro Governo o tinha feito, tinha sido este Governo que tinha avançado com esse desígnio.

Quanto à questão das escolas, esse não era um problema daquele momento e iriam falar disso em breve, na questão do orçamento municipal. Esse problema das escolas era um problema que se arrastava no tempo, era um problema que vinha de trás e que já devia ter tido, efetivamente, uma resposta. Aquilo que acontecia naquele momento na Escola Básica 2-

3 de Aranguez, mas, também, na Escola Básica 2-3 de Bocage ou na Escola Básica 2-3 de Azeitão, os vereadores do Partido Socialista não tinham qualquer tipo de problema de dizer que era inqualificável. Havia situações indignas nessas escolas e que tinham que ser, efetivamente, resolvidas...

Sr. Presidente (por cima da intervenção) – *“E são da responsabilidade da Câmara Municipal...”*

Sr. Vereador Fernando José – *“... Mas, deixe-me terminar. Posso ou não posso terminar?”*

Sr. Presidente – *“Faz favor.”*

Sr. Vereador Fernando José – Terminava dizendo ao Sr. Presidente que os Vereadores do Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista não se escondia os problemas nem nas manifestações do protesto pelo protesto, com bandeiras e nas ruas. Eles resolviam, efetivamente, os problemas dos portugueses e dos setubalenses. Sabia como? Esses problemas tinham sido identificados. As cinco escolas que tinham problemas estruturais, no concelho de Setúbal, tinham sido identificadas, uma delas como sendo de intervenção muito urgente e as outras como de intervenção urgente...

Sr. Presidente – *“Desde 2019, identificadas pelo seu Governo.”*

Sr. Vereador Fernando José – ... E estavam, naquele momento, a avançar para a resolução desses problemas. Assim a Câmara Municipal de Setúbal tivesse, também, a capacidade de ser parte da solução. Assim, a Câmara Municipal de Setúbal, através do executivo comunista, tivesse, também, a capacidade de ser parte da solução desses problemas estruturais e de outros, porque tinham, naquele momento, problemas nas escolas que não tinham a ver com o Governo. Tinham, naquele momento, problemas nas escolas, situações de simples resolução, e esses problemas de simples resolução, de que iriam falar na reunião seguinte, que pensava que estaria agendada para dia 29, no âmbito do orçamento, eram situações simples, que o Sr. Presidente, querendo, resolvia de uma semana para a outra. Eram situações simples e estava a falar, nomeadamente, daquilo que já tinha dito ao Sr. Presidente, da questão das receitas próprias das escolas, que tinham sido retiradas. Receitas próprias que tinham sido retiradas, não permitindo que as escolas conseguissem, por exemplo, substituir uma lâmpada, substituir vidros, reparar uma fechadura.

Portanto, essas eram situações que, efetivamente, com uma visão diferente, no sentido da descentralização de competências, da transferência de competências, da delegação de competências nas escolas e agrupamentos de escolas, poderiam resolver, efetivamente, de uma forma mais eficaz, esse tipo de problemas, mas aquilo que o Sr. Presidente tinha dito era verdade, estavam completamente de acordo. Existiam situações estruturais nas escolas que tinham, efetivamente, que ser resolvidas.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador tinha esse condão de dar a volta aos problemas mais graves, não queria assumi-los, não era capaz de os assumir. Isso era o que constatavam, com as suas intervenções.

Sr. Vereador Fernando Negrão – *“Sr. Presidente, é uma interpelação à mesa sobre a condução dos trabalhos.”*

Sr. Presidente – *“Faz favor, senhor vereador.”*

Sr. Vereador Fernando Negrão – *“Sr. Presidente, é inadmissível o que aconteceu aqui e o que acontece, por sistema, nestas reuniões de câmara.”*

Nós, por unanimidade, aprovámos um regulamento que tem tempos para o período de antes da ordem do dia e nós não estamos a cumprir nenhum desses tempos e prolongamos discussões eternamente, em que misturamos todos os assuntos, ninguém percebe nada e fica tudo cansado e farto da reunião de câmara e vão embora, designadamente o público, porque são os últimos a falar e não têm essa oportunidade e chega ao fim resta um ou dois e, às vezes, nenhum.

Sr. Presidente, eu faço aqui um apelo para que os tempos, com um mínimo de uma tolerância sensata, sejam cumpridos e dizer-lhe, Sr. Presidente, as reuniões que são feitas aqui e, com certeza, em muitas câmaras do país, são feitas da mesma forma que eram feitas há 40 anos e que eram feitas há 20 anos, quando eu fui vereador nesta câmara e também contribuí da mesma forma. Regressei à Câmara Municipal e vejo que está tudo igual. Está tudo igual, a discussão é feita politicamente aqui sem que as pessoas percebam, não percebam nada do aqui é discutido.

Peço imensa desculpa daquilo que vou dizer, mas, mais de metade do que aqui foi discutido, mais de metade, são inutilidades e nós todos somos responsáveis por uma coisa, que é aquilo que todos condenamos, que é o radicalismo, o populismo, aquilo de mau que acontece nas democracias. Depois, vemos serem eleitos personagens fantásticas pelo mundo, designadamente aquele que acaba de ser eleito, da Argentina, como aconteceu no domingo. Aí, temos bons exemplos de populismo. Temos, por toda a Europa, excelentes exemplos de populismo e nós continuamos a exercer a democracia como há 60 anos, há 70 anos, há 20 anos e, rigorosamente, da mesma forma. Por isso, nós somos responsáveis por isso.

Sr. Presidente, renovo o apelo de que o período da antes da ordem do dia seja cumprido nos termos do regulamento. Muito obrigado.”

Sr. Presidente – *“Obrigado, senhor vereador. Naturalmente que eu estou de acordo com a questão, com o ponto de ordem que coloca à mesa, e a responsabilidade é, naturalmente, minha, mas também é verdade que os senhores vereadores devem contribuir para que essa gestão seja feita com a participação e a colaboração de todos. É a isso, também, que apelo. Portanto, terminamos, então, este 1.º ponto do período antes da ordem do dia e passamos, então, agora, ao 2.º ponto, que tem a ver com a apresentação das saudações e moções, e pedia ao PSD para apresentar as suas propostas.”*

Sr. Vereador Fernando Negrão – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 11 a 13:

*“Saudação
APPACDM de Setúbal*

A Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, celebrando no dia 9 de novembro o seu 53.º aniversário, é saudada pela sua notável trajetória. A APPACDM de Setúbal, fundada em 1970, ao longo do tempo, transformou-se gradualmente numa instituição aberta, integrada na sociedade e promotora da inclusão de todas as suas contradições, preocupações e aspirações.

A construção de uma sociedade inclusiva, com um foco especial nos cidadãos que enfrentam deficiências, incapacidades ou vulnerabilidades, continua a ser a marca distintiva da sua intervenção. Esta abordagem baseia-se nos princípios do rigor e da transparência, fortalecendo-se constantemente através do estímulo à inovação e inspirando-se nas melhores práticas de defesa e promoção da cidadania e dos direitos sociais.

A instituição impacta positivamente a vida de mais de mil cidadãos e as suas famílias. Isso é alcançado através de ações e dinâmicas regulares desenvolvidas em diversos contextos, como estruturas próprias, escolas, empresas, associações, entre outros. A APPACDM de Setúbal estabelece parcerias com uma geometria variável, enquadradas e operacionalizadas no âmbito de mais de 25 valências e projetos.

Neste aniversário, reconhecemos e aplaudimos o papel vital da APPACDM de Setúbal na construção de uma comunidade mais inclusiva e no apoio abnegado às pessoas com deficiências, contribuindo significativamente para a promoção dos seus direitos e dignidade. Parabéns por mais um ano de dedicação exemplar e compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária.”

*“Saudação
Vitória Futebol Clube*

O Vitória Futebol Clube, emblemático clube da nossa cidade e região de Setúbal, celebra o seu 113.º aniversário. Fundado a 20 de novembro de 1910, o Vitória Futebol Clube é uma instituição de notável envergadura e desempenha um papel fundamental como símbolo e motivo de orgulho para a cidade e região de Setúbal. O apreço dos sócios e dos setubalenses pelo Vitória transcende gerações e estende-se também pelo país.

Para além do futebol, a sua principal expressão desportiva, o Vitória Futebol Clube dedica-se a diversas modalidades, tais como Aikido, Andebol, Atletismo, Futsal, Ginástica, Judo, Karaté, KickBoxing, Taekwondo e Ténis de Mesa e o Futebol Feminino, que pese embora tenha sido integrado recentemente, já leva grandes conquistas.

O Vitória Futebol Clube compromete-se com o desenvolvimento de um projeto de futuro, visando potenciar o seu prestígio desportivo e contribuir de forma decisiva para a iniciação à prática desportiva, bem como para o ensino do futebol e de outras modalidades. Este compromisso inclui o estímulo à aprendizagem de valores sociais e humanos, fomentando noções de responsabilidade e promovendo uma ligação mais profunda de identidade com o clube mais representativo da região.

Neste 113.º aniversário, prestamos a nossa homenagem ao Vitória Futebol Clube pela sua notável trajetória ao longo dos anos e pelos inúmeros contributos para a cultura desportiva e o desenvolvimento da comunidade setubalense. Desejamos que o Vitória continue a prosperar, inspirando gerações futuras e fortalecendo os laços que unem o clube à nossa comunidade. Parabéns por mais um ano de história e sucesso desportivo!”

*“Saudação
Sociedade Musical Capricho Setubalense*

Apresentamos as nossas felicitações à Sociedade Musical Capricho Setubalense por assinalar o seu 156º aniversário. Fundada em 22 de novembro de 1867, "A Velhinha", alcunha carinhosa que a identifica, emergiu da fusão de dois grupos locais: "Os Vermelhos" e "Os Amarelos". A sua trajetória musical delineou-se ao longo dos anos, marcando presença em inúmeros momentos que contribuíram para a sua rica história.

Desde a inauguração da estátua de Bocage até à visita do Rei D. Carlos a Setúbal em 1892, os sons envolventes da Banda da Sociedade Musical Capricho Setubalense ditaram o ritmo da narrativa histórica da cidade. As décadas de 60/70, contudo, testemunharam o desmembramento da banda devido à partida de muitos jovens em busca de melhores oportunidades de vida.

Em 1977, com a criação da Escola de Música, ressurgiram momentos marcantes de alegria e animação cultural. Esta escola, que contou com a participação de músicos proeminentes como os maestros Azóia e Ferrer Trindade, proporcionou ao longo dos anos a aprendizagem da arte musical a centenas de jovens e não só.

Hoje, a Capricho Setubalense transcende a sua função original como sociedade musical, tornou-se um parceiro ativo e empenhado na vida da cidade. Utilizando a música enquanto elemento fundamental, não apenas na sua vertente artística, mas também como catalisador do desenvolvimento cultural, é inegavelmente o seu papel crucial para a evolução da vitalidade de Setúbal.”

Sra. Vereadora Sónia Martins – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 14 a 16

*“Saudação
Club Setubalense*

A 12 de novembro de 1855, viu a luz do dia o Club Setubalense, fundado por figuras proeminentes de Setúbal. Estabelecido no Paço do Duque, hoje conhecido como Palácio do Governo Civil, permaneceu lá, pelo menos até 1877, conforme testemunhado por Alberto Pimentel nas suas memórias. Naquela época, o clube mantinha-se aberto todos os dias, realizando eventos noturnos durante a temporada balnear.

O Ultimato britânico de 1890 forçou o clube a mudar a sua designação, renascendo como Grémio Setubalense devido ao sentimento antigo contra os ingleses. Oito anos depois, retomou a denominação original, Club Setubalense. A 30 de janeiro de 1926, inaugurou-se a nova sede, que se mantém até aos dias de hoje. Considerada invejável por muitos em Portugal, a associação trouxe um contributo significativo para a cidade de Setúbal, então uma vila.

Situada num dos edifícios principais da Avenida Luísa Todi, a sede ganhou novo fôlego com a aprovação dos estatutos em 13 de março de 1928. O Club retomou o espírito dos primórdios, alargando os seus objetivos, formalizando-os nos estatutos. Tais objetivos incluíam o fomento da civilização através da convivência, da leitura e das reuniões familiares.

O Club Setubalense, ao longo dos anos, tornou-se uma instituição icónica, contribuindo significativamente para a vida cultural e social da cidade. A qualidade dos seus eventos e a promoção da cultura elevam-no a um estatuto de referência em Setúbal. Que o Club Setubalense continue a ser um ponto de encontro cultural e social, enraizado na história e dinâmico na sua contribuição para Setúbal. Parabéns pelos 168 anos de dedicação à comunidade setubalense!”

*“Saudação
COSAP - Federação Concelhia de Setúbal das Associações de Pais*

A COSAP - Federação Concelhia de Setúbal das Associações de Pais celebra, este ano, o seu 27.º aniversário. Fundada em 11 de setembro de 1996, a COSAP tem sido uma voz ativa e colaborativa no panorama educativo do concelho de Setúbal.

O propósito primordial da COSAP é construir caminhos de cooperação, promovendo a união e o entendimento entre as diversas associações de pais da região. Ao longo dos anos, esta federação tem desempenhado um papel fundamental na promoção do movimento associativo parental, incentivando o contacto e a partilha de experiências entre as associações de pais.

Na sua missão, a COSAP tem fomentado alianças com toda a comunidade educativa. O seu compromisso visa a melhoria contínua da qualidade da escola pública. Acreditamos que, somente ao trabalhar em conjunto e de mãos dadas, é possível construir uma escola que seja verdadeiramente de todos e para todos. Neste sentido, a COSAP destaca-se no papel de colaboração, assumindo-se como parceira ativa da escola e de toda a comunidade escolar.

Ao celebrar este 27.º aniversário, destacamos o compromisso da COSAP com a promoção de uma educação de qualidade, centrada no bem-estar dos alunos e no envolvimento ativo dos pais. Parabéns à COSAP pela sua trajetória e contributo significativo para o fortalecimento do sistema educativo em Setúbal. Que continue a ser um farol na defesa dos interesses dos pais e na construção de um ambiente educativo mais inclusivo e participativo.”

*“Saudação
Cruz Vermelha - Delegação de Setúbal*

A Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha assinalou, no passado dia 21 de novembro de 2023, o seu 108.º aniversário. Ao longo de mais de um século, a Cruz Vermelha de Setúbal

tem sido uma força motriz na promoção do bem-estar social e na construção de uma sociedade mais equitativa e solidária.

Num contexto nacional marcado por desafios agravados, nomeadamente a crise inflacionista que vivemos, a Cruz Vermelha de Setúbal desempenha um papel fundamental no apoio humanitário àqueles que, por diversas razões, se encontram em situações de vulnerabilidade. A instituição atua, quer por iniciativa própria, na área da saúde e proteção social, quer em colaboração com entidades públicas e privadas, cumprindo a sua vocação estatutária como "auxiliar de poderes públicos". O seu compromisso com a defesa da vida, saúde e dignidade humana reflete-se na constante busca pela melhoria das condições de vida dos mais vulneráveis, que enfrentam insuficiências sociais e económicas.

Neste 108.º aniversário, prestamos a nossa mais sincera homenagem à Cruz Vermelha de Setúbal, reconhecendo o seu contributo inestimável para o alívio do sofrimento humano e para a construção de uma comunidade mais justa e solidária. Desejamos que continue a desempenhar um papel crucial na resposta às necessidades emergentes da sociedade, inspirando ações de solidariedade e resiliência. Parabéns por mais anos de dedicação e impacto positivo na comunidade setubalense."

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que, para terminar, tinha mais uma saudação e fez uma breve referência, dizendo que o rãguebi tinha começado por ser uma modalidade desportiva elitista. As camadas sociais que jogavam rãguebi eram as camadas sociais da alta burguesia. Felizmente, isso já tinha passado, o rãguebi estava espalhado por todo o país e Setúbal tinha aquela academia de rãguebi já havia 12 anos, com um trabalho desportivo no concelho de Setúbal também muito importante.

Apresentou a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 17:

*"Saudação
Academia de Rugby Club Setúbal*

A Academia de Rugby Club Setúbal celebrou o seu 12.º aniversário, assinalando mais de uma década de dedicação ao rugby e ao desenvolvimento desportivo no concelho de Setúbal. Fundada a 11 de novembro de 2011, esta academia representa um projeto desportivo notável, dedicado à formação de atletas nesta emocionante modalidade.

Ao longo destes 12 anos, a academia desempenhou um papel crucial no fomento e expansão do rugby em Setúbal. Participando ativamente em provas e campeonatos a nível nacional, destacou-se também internacionalmente, marcando presença em iniciativas desportivas além-fronteiras.

Além do compromisso desportivo, a Academia de Rugby Club Setúbal demonstra uma importante consciência social. Num gesto notável, destacou-se como um dos grandes promotores e organizadores de iniciativas de apoio ao povo ucraniano, especialmente desde o início da invasão e da guerra na Ucrânia. Este envolvimento com questões sociais realça o papel desta academia não apenas como uma entidade desportiva, mas também como um agente ativo na promoção dos valores humanos e solidariedade internacional.

Neste aniversário, congratulamos a Academia de Rugby Club Setúbal pelo seu percurso notável e desejamos-lhe continuidade no sucesso desportivo e no compromisso social que a tem distinguido ao longo destes 12 anos. Parabéns por uma jornada tão significativa!"

Sr. Presidente – *"Obrigado, senhor vereador. E, agora, o Partido Socialista, as propostas que tem, façam favor."*

Sr. Vereador Domingos Semedo – Disse que, antes de mais, acompanhavam as saudações apresentadas pela bancada do Partido Social Democrata.

Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos registados sob os n.ºs 18 a 22:

"Saudação

Aniversário da Academia de Rugby Club de Setúbal

A Academia de Rugby Club de Setúbal celebrou o seu 12.º aniversário no passado dia 11 de novembro.

Assinalou 12 anos de importantes contributos para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal, nomeadamente da modalidade de rugby, mantendo, desde sempre, uma importante ligação à comunidade, bem como ao restante movimento associativo setubalense. Criada enquanto projeto desportivo dedicado à formação de atletas na modalidade, desenvolve grande parte da sua atividade junto dos mais jovens, contribuindo para o desenvolvimento da suas capacidades e competências desportivas, mas também para o seu desenvolvimento pleno e saudável, com base nos valores que a representam enquanto instituição – Disciplina, Respeito, Coragem, Determinação, Solidariedade, Compromisso, Ética e Diversão.

Neste sentido, e reconhecendo a importante atividade desenvolvida por esta entidade, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Academia de Rugby Club de Setúbal, órgãos sociais, sócios e atletas por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário da Academia de Futsal Estrelas de Setúbal

O desporto de formação desempenha um papel determinante naquilo que é o desenvolvimento pleno e saudável dos jovens, a nível físico, cognitivo, emocional e social, para a formação da sua identidade, preparando-os para a vida adulta.

Desta forma, as entidades do movimento associativo que, a nível local e em proximidade com a comunidade, desenvolvem atividade junto das crianças e jovens, são parceiros indispensáveis do poder local para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, e desenvolvimento dos territórios onde se inserem.

Exemplo destas, é a Academia de Futsal Estrelas de Setúbal, que celebrou o seu 9º aniversário no passado dia 12 de novembro.

Criada com o objetivo de incentivar a prática desportiva e permitir a aprendizagem da modalidade de futsal ao maior número possível de crianças e jovens, tem desenvolvido uma importante e reconhecida atividade, contribuindo para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Academia de Futsal Estrelas de Setúbal, órgãos sociais, associados e atletas por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário da Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras

Fundada em 1985 por Alexandre Diegues, a APACCF – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras celebrou o seu 37.º aniversário no passado dia 20 de novembro.

A APACCF foi a resposta encontrada por professores da Escola Básica nº 9 Casal das Figueiras para o combate ao insucesso escolar e à exclusão social, e para a promoção do desenvolvimento pessoal das crianças e jovens, envolvendo diversos intervenientes, pois a via para o sucesso escolar passava não só pela escola, mas também pela instituição “família” e pelos recursos disponíveis na comunidade local.

Atualmente, esta instituição continua a desenvolver uma importante atividade junto da comunidade, contribuindo para promoção pessoal e cultural das crianças e jovens, bem como para uma mudança de atitudes e comportamentos, face à educação destas.

Através das suas diversas valências, como são exemplo o Berçário e Creche, o Jardim de Infância, o ATL, a Cantina Social, a Loja Social ou o Apoio à Família, a APACCF desempenha um papel determinante para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, constituindo-se enquanto um parceiro fundamental e indispensável do poder local. Desta forma, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a APACCF, órgãos sociais, associados e trabalhadores por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

*“Saudação
Aniversário do Club Setubalense*

Fundado em 1855, o centenário Club Setubalense, uma das mais antigas coletividades do concelho de Setúbal, assinalou o seu 168º aniversário no passado dia 12 de novembro. Ao longo das suas muitas décadas de atividade, constitui-se enquanto um símbolo do movimento associativo setubalense, com o dinamismo e resiliência necessários para resistir ao teste do tempo, acompanhando a evolução da cidade e das suas gentes. A sua atividade esteve, desde sempre, ligada à cultura, em especial à dança e à música, nomeadamente através da formação de crianças, jovens e adultos, na sua Escola de Dança e de Música Clássica. Neste sentido, e reconhecendo toda a história, atividade e percurso desta icónica entidade do movimento associativo setubalense, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Club Setubalense, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

*“Saudação
Aniversário do Vitória Futebol Clube*

O centenário e incontornável Vitória Futebol Clube assinalou o seu 113º aniversário no passado dia 20 de novembro. Assinalou 113 anos de uma história repleta de glórias, enquanto o maior emblema da cidade e da região, e um dos maiores de Portugal. Eclético desde a sua fundação, é a casa de muitas e distintas modalidades, desde o aikido, ao andebol, ao atletismo, à ginástica, ao futebol, ao futsal, ao judo, ao karaté, ao kickboxing, ao taekwondo e ao ténis de mesa, e o berço de atletas que levaram consigo, nas suas inúmeras conquistas e vitórias, o nome do seu clube e da sua cidade. O Vitória Futebol Clube é feito de adeptos fiéis, que personificam o espírito vitoriano - Irreverente, Dinâmico e Resiliente –, que não negam o seu apoio nos momentos mais difíceis, renovando o seu amor por esta instituição, que é muito mais do que um simples clube. Desta forma, e reconhecendo a importante atividade desenvolvida pelo Vitória Futebol Clube, que ao longo de mais de 100 anos tem vindo a contribuir para o desenvolvimento desportivo do nosso concelho e para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o clube, órgãos sociais, sócios e atletas por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece o bom nome da cidade de Setúbal.”

Sra. Vereadora Sandra Frota – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 23 a 25:

*“Saudação
Aniversário da Associação de Proprietários de Casas de Azeitão – Escola de Ténis Casas de Azeitão*

Fundada em 2004, com o objetivo de promover a prática de ténis nas suas diversas vertentes – lazer, saúde e competição –, a Escola de Ténis Casas de Azeitão celebrou o seu 19.º aniversário.

Através da sua atividade, tem vindo a constituir-se como um importante ator no desenvolvimento da modalidade no concelho de Setúbal, essencialmente na formação de atletas, desde os mais jovens aos mais velhos, contribuindo, de forma ativa, para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

O movimento associativo desempenha, assim, um papel determinante no desenvolvimento sociocultural dos territórios onde se insere, como elemento impulsionador em áreas como a juventude, desporto e educação, devendo ser encarado enquanto parceiro indispensável do poder local.

Neste sentido e reconhecendo a importante atividade desenvolvida pela Escola de Ténis Casas de Azeitão, os vereadores eleitos pelo PS saúdam e felicitam a instituição, órgãos sociais, associados e atletas por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

*“Saudação
Aniversário da APPACDM Setúbal*

As pessoas portadoras de deficiência continuam a constituir um grupo em risco severo de discriminação e de exclusão social a diversos níveis, desde a acessibilidade aos espaços públicos, à acessibilidade de oportunidades em várias dimensões da sua vida como o trabalho, a educação, a qualificação ao longo da vida, a saúde, o desporto, a cultura e o lazer. Segundo o relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal - Indicadores de Direitos Humanos 2022” do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, publicado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, em 2021 foram submetidas 1195 queixas por discriminação com base na deficiência ou risco agravado de saúde, um aumento de 16,8% face a 2020, sendo a área da saúde a que registou mais queixas.

Na área da educação, o número de estudantes com deficiência inscritos/as no ensino superior no ano letivo 2021/2022 manteve a tendência de crescimento face ao período homólogo. No entanto, houve apenas um total de 528 estudantes com deficiência diplomados/as do ensino superior, um decréscimo de 16,5% face ao ano letivo anterior.

Já na área do trabalho e do emprego, verificou-se, em setembro de 2022, uma tendência global de decréscimo do número de desempregados/as inscritos/as face a dezembro de 2021, mais acentuada na população em geral (-17%), do que na população com deficiência (-4,6%). A maioria das pessoas com deficiência registadas como desempregadas no mesmo período eram adultos (88,9%), estavam à procura de um novo emprego (82,6%), e estavam desempregadas há mais de 12 meses (57,3%).

Por fim, no domínio da proteção social e condições de vida, entre 2016 e 2020, o risco de pobreza ou de exclusão social manteve uma tendência geral de descida na população com e sem deficiência em Portugal, mas voltou a subir em 2021. Nos agregados de pessoas com deficiência com idades entre os 16 e os 64 anos o risco de pobreza foi de 31,2%, quase o dobro do registado em agregados sem pessoas com deficiência (18,8%).

Os equipamentos de apoio a adultos com deficiência com maior capacidade de resposta continuam a ser os Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão. Contudo, no que respeita às respostas sociais para pessoas com experiência de doença mental, em 2022, as Equipas de Apoio Domiciliário de Cuidados Continuados Integrados em saúde mental registaram o maior acréscimo em capacidade, com um aumento de 40 vagas (+71,4% face a 2021).

Neste sentido, o trabalho desenvolvido por entidades como a APPACDM Setúbal é fundamental e imprescindível para a construção de uma sociedade inclusiva, onde os contributos de cada cidadão, seja ele portador de deficiência ou não, são valorizados e reconhecidos. Para além do seu trabalho junto dos utentes, promovendo o desenvolvimento de capacidades e competências, o trabalho junto da comunidade, através de ações de

sensibilização e consciencialização, representa um importante contributo para o combate aos estigmas e estereótipos associados às pessoas portadoras de deficiência.

Assim, esta instituição desempenha um papel determinante, através da sua intervenção junto de mais de mil cidadãos e suas famílias, com ações e dinâmicas desenvolvidas nos mais diversos contextos e 26 valências e projetos, enquadrados em acordos celebrados com diversas entidades ou dinamizadas no âmbito de programas específicos, para a integração e socialização dos seus utentes, para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, e para a construção de uma Setúbal mais inclusiva.

Reconhecendo a importante atividade desenvolvida pela APPACDM Setúbal, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a instituição, órgãos sociais, trabalhadores e utentes pelo seu 53.º aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário da Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-vinda a Liberdade

Fundada no dia 13 de novembro de 1975, a Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-vinda Liberdade foi uma das respostas encontradas para a promoção do acesso à habitação digna no concelho de Setúbal, tendo contribuído para o seu desenvolvimento social, bem como para o bem-estar e qualidade de vida da população, no combate à carência habitacional.

As cooperativas de habitação ganharam especial relevância após a Revolução de 25 de Abril de 1974, pois tornaram-se importantes mecanismos de acesso à habitação digna. Contudo, estas têm vindo a ganhar especial atenção e relevância, sendo consideradas como um dos possíveis instrumentos de combate à atual crise na habitação.

Apesar destas se constituírem como uma possível solução, é importante que sejam parte integrante de um plano concertado entre diversas entidades, públicas e privadas, que visem colmatar as necessidades atuais no domínio da habitação.

Em Portugal, a habitação é um direito é um direito constitucional consagrado no artigo 65º e na Lei de Bases da Habitação, aprovada em setembro de 2019, que incubem ao Estado o seu garante através da descentralização administrativa, subsidiariedade e cooperação, reforçando uma abordagem de proximidade, por políticas públicas, bem como de iniciativas privada, cooperativa e social.

Neste sentido, o poder local, em cooperação com a Administração Central, tem o importante dever de, em proximidade com a comunidade, identificar as necessidades prementes no seu território e, através da formulação de implementação de uma política local de habitação, promover a criação de mais e melhor habitação, dando resposta não só aos munícipes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconómica ou em situação de sem-abrigo, mas também à classe média e aos jovens.

Reconhecendo a importante atividade desenvolvida pela Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-vinda a Liberdade, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam-na pelo seu 48.º aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

Sr. Presidente – *“Obrigado, senhores vereadores. Foram apresentadas as saudações pelo Partido Socialista e, agora, temos um voto de pesar, que eu pedia, também, para ser apresentado. Faz favor.”*

Sr. Vereador Fernando José – *Apresentou o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 26:*

*“Voto de Pesar
Falecimento de Ângelo Reis*

Ângelo Reis, ex-autarca e militante do Partido Socialista no concelho de Setúbal, faleceu no passado dia 21 de novembro, aos 89 anos.

Nasceu a 5 de novembro de 1934, trabalhou na Rádio Azul e foi cronista para o “Setúbal na Rede”.

Foi autarca na freguesia de São Julião, tendo inclusive assumido as funções de Presidente da Assembleia de Freguesia.

Um Homem com um percurso político e de cidadania, de fortes e inabaláveis convicções, que a todos deixa saudade.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família enlutada, aos amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência, as mais sentidas condolências.”

Disse que, em nome dos vereadores do Partido Socialista, deixava um registo para que fosse considerada a atribuição do nome de Ângelo Reis a uma rua da União de freguesias de Setúbal, nomeadamente na antiga freguesia de São Julião, e solicitavam, obviamente, que fosse cumprido um minuto de silêncio em memória do mesmo.

Sr. Presidente – Agradeceu ao senhor Vereador e disse que, naturalmente, todos se associavam àquele voto de pesar, pelo que propunha, então, um minuto de silêncio.

Fez-se um minuto de silêncio.

1. Projeto da Ata n.º 19/2023 - Reunião ordinária de 09 de agosto de 2023

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Projeto da Ata n.º 20/2023 - Reunião ordinária de 06 de setembro de 2023

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

3. Projeto da Ata n.º 21/2023 - Reunião ordinária de 20 de setembro de 2023

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

4. Deliberação n.º 1066/2023 – Proposta n.º 061/2023 – GAP – Projeto de Regulamento da Proteção de Dados Pessoais do Município de Setúbal – Ponderação dos Resultados da Consulta Pública

Sr. Presidente - Apresentou a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 27 a 29] e disse que o projeto tinha ido à reunião da Câmara - a proposta inicial -, tinha ido para consulta pública e tinha havido duas propostas de alteração, que tinham sido consideradas e que estavam devidamente identificadas num projeto de alterações apresentadas. Tinham sido apresentadas pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata.

Portanto, estavam feitas as várias considerações de aceitação das propostas, de não aceitação, de aceitação de parte das propostas e o que estava em causa era estarem em condições de apreciar e votar o projeto final, que tinha resultado das contribuições que tinham sido apresentadas.

Queria referir que havia uma alteração de última hora, que tinha a ver com as alíneas no artigo 4.º da proposta que tinha sido apresentada, porque tinha havido uma dificuldade

relativamente às alíneas. Portanto, o ponto 4 tinha: *“Para efeitos do presente regulamento entende-se por: a) Autoridade de controlo - Uma autoridade pública independente criada por um Estado-membro nos termos do artigo 51 do RGPD”* e, depois, *“Avaliação de impacto”* e aí começava a alínea b) e, a partir daí, todas as outras alíneas avançavam uma letra, até ao final, ou seja, em vez de terminar na letra U terminava na letra V. Portanto, era disso que se tratava, no fundamental.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que queria fazer duas considerações iniciais. Achava que não tinha sido compreendido o objetivo do comentário que tinham feito sobre o artigo 16.º, sobre o direito dos titulares dos dados pessoais, porque aquilo que tinham proposto não tinha sido que ficassem no regulamento o nome e os contactos, mas, sim – e isso estava no artigo 16.º - Direito dos titulares de dados pessoais no Regulamento Geral da Proteção de Dados -, que a identidade e o contacto dos responsáveis pelo seu tratamento e do seu representante e que a identificação e os contactos fossem fornecidos quando era pedido o consentimento. Não tinha sido o objetivo expor o nome no próprio regulamento, até porque existiam alterações e isso, depois, não seria viável, do ponto de vista prático, teriam que, depois, estar a alterar regulamento por causa disso.

A propósito do artigo 10.º, de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados, o artigo 38.º dizia que *“o encarregado da proteção de dados está vinculado à obrigação de sigilo ou de confidencialidade no exercício das suas funções, em conformidade com o direito da União ou dos Estados-membros”*. Percebia o cuidado em não dar o acesso a determinada informação, para que essa informação não estivesse sempre disponível. De qualquer forma, o encarregado de proteção de dados estava vinculado a isso.

Relativamente à questão que tinham colocado de existir um regulamento único aplicável à Câmara Municipal e aos Serviços Municipalizados, pesassem embora os argumentos apresentados no relatório, consideravam que, dada a abrangência e a amplitude do Regulamento Geral de Proteção de Dados e os impactos que tinha na vida e nos procedimentos internos das organizações, era bom que ficasse, que fossem reafirmados e vinculados os direitos dos cidadãos, colocando na sua esfera instrumentos que permitissem uma maior salvaguarda dos mesmos e ficando a haver um único Regulamento Geral de Proteção de Dados, como acontecia em outros municípios.

Sobre aquela proposta do Regulamento Geral de Proteção de Dados, eram essas três considerações que tinha a fazer.

Sr. Presidente – Disse que, relativamente à proposta final, não oferecia dificuldades, a proposta final que era apresentada naquele momento. Para além das considerações que a senhora Vereadora tinha feito, elas eram justificadas...

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que tinha feito aquelas considerações porque algumas das propostas que tinham feito não tinham sido acolhidas e estavam justificadas. Portanto, estava a fazer aquelas considerações, reafirmando que mantinham aquilo que era o entendimento deles. As questões acerca do artigo 10.º e do artigo 16.º tinha-as levantado porque pensava que não tinham ficado claros os comentários que tinham feito pela devolução de resposta, mas, por eles, podiam passar à votação.

Sr. Presidente – Disse que era essa a questão, apesar das considerações, que ficavam registadas, e, naturalmente, era o entendimento, mas a questão era que, se houvesse alguma dificuldade maior, naturalmente que avaliariam cada ponto que fosse considerado.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que não era uma questão de dificuldade, era uma questão de a bancada CDU ter uma posição e eles terem outra. Portanto, não era uma questão de dificuldade, era uma questão de interpretação e de entendimento nessas normas.

Sr. Presidente – Disse que podiam passar, então, à votação da proposta de regulamento final.

A Sra. Vereadora Sandra Frota saiu da sala.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos a favor, 5 da CDU e 3 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

5. Deliberação n.º 1067/2023 – Proposta n.º 062/2023 – GAP – Celebração de protocolo de abastecimento de água entre a Câmara Municipal de Setúbal, os Serviços Municipalizados de Setúbal e a Câmara Municipal de Palmela

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 30 e 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 1068/2023 – Proposta n.º 001/2023 – DMAGPE – Aprovação do início do procedimento de elaboração do Regulamento de Exploração de Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 32.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, tendo em conta que a lei era de 2018, só queria perceber porque é que só naquele momento é que se trazia a proposta.

Sr. Presidente – Disse que era uma boa questão, mas não tinha resposta. Desconhecia isso, naturalmente, porque havia tanta legislação e tantas situações. Desconhecia essa, que a Câmara Municipal ainda não tinha desenvolvido esse procedimento. Ele aparecia naquele momento, como se via, por iniciativa dos próprios serviços, e, portanto, traziam ali a proposta naquela altura. Não tinha informação que tivesse havido alguma razão substancial para aquele assunto não ter sido tratado há mais tempo.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que tinham algumas dificuldades com essa coisa dos jogos, porque sabiam bem quem, nesses jogos mais baratos, jogava e, muitas vezes, perdia as reformas e as pensões e vivia mal por causa disso. O que perguntava era se aquilo tinha a ver com aquelas maquinetas dos cafés e se havia muitos pedidos para que essas maquinetas fossem autorizadas e legalizadas.

Sr. Presidente – Disse que não tinha essa informação e pensava que o senhor Diretor Municipal tinha tomado essa iniciativa, naturalmente, com base nos serviços.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que só queria tentar dar alguma ajuda. As questões que a Vereadora Sónia Martins e o Vereador Fernando Negrão tinham colocado podiam ajudar a tentar esclarecer. Como estariam todos lembrados, havia práticas relacionadas, sobretudo, com concursos, que muitas vezes se realizavam por iniciativa de organizações e de associações e que, historicamente, eram autorizados pelos extintos governos civis. E, portanto, com a extinção dessa figura legal, tinha havido um período de algum limbo, que com

a legislação que, como dizia a Vereadora Sónia Martins, entretanto, tinha passado a vigorar a partir de 2018, tinha passado essa responsabilidade para as câmaras municipais.

Eventualmente, até poderia ser complementada a informação que ia dar, mas, já havia algum tempo, os próprios serviços da Câmara Municipal, até por observação e contacto de diferentes organizações, quando tinham interesse em realizar algumas dessas iniciativas, algumas que, eventualmente, até tinham ficado pelo caminho, exatamente por a Câmara Municipal não ter constituído aquele regulamento. Fundamentalmente, o que aquele regulamento pretendia concretizar tinha mais esse fim.

Tinham assistido, até - permitissem-lhe, enfim, dizer - a algumas situações de burla, de concursos de venda de rifas sem critérios e sem regulamentação. Muitas vezes, cruzavam-se com elas na rua e, portanto, a partir daquele momento, com aquela possibilidade, fundamentalmente, a Câmara Municipal passava a estar formalmente constituída com a capacidade para poder isentar e para poder autorizar formalmente, como já acontecia em outras autarquias. Era, fundamentalmente, esse tipo de concursos, que podia passar pela abordagem de uma associação solidária, de uma IPSS, de um clube, de uma organização que pretendia realizar, sobretudo e fundamentalmente, para fins filantrópicos, beneficência, solidários.

Fundamentalmente, estavam a falar da isenção de taxas, o que, não existindo aquele regulamento, implicava que a organização tivesse de pagar, nomeadamente, imposto de selo. Outra questão que também tinha a ver era que, tratando-se de uma organização não governamental, tinha de pagar um valor pelo valor do prémio. Se imaginassem que queriam fazer a atribuição de um prémio, sobre esse valor ou sobre os valores dos prémios a atribuir, teriam de pagar uma percentagem.

Portanto, era nesse sentido que aquele regulamento vinha, de alguma forma, facilitar e a Câmara Municipal ficaria munida desse recurso, desse instrumento. Seria benéfico para todos aqueles que, a partir daquele momento, também solicitassem à Câmara Municipal essa possibilidade. Pensava que tinha respondido ou tinha tentado, pelo menos, contribuir para o esclarecimento.

Sr. Presidente – Pede ao Dr. Ricardo Medeiros se podia esclarecer relativamente à questão de só naquele momento apresentarem a proposta e, também, se havia nos serviços processos que tivessem a ver com a questão que o senhor Vereador tinha referido.

Sr. Dr. Ricardo Medeiros – Disse que existiam alguns pedidos que tinham indo sendo realizados ao longo do tempo, até porque abrangia aquele conjunto de atividades realizadas por associações - por exemplo, pelos bombeiros, aqueles sorteios típicos de Natal e tudo o mais -, que ficariam, assim, sujeitos a um processo de regulamentação que, naquele momento, era da Câmara.

Antigamente, estava distribuído, como o senhor Vereador tinha referido, pelo Ministério da Administração Interna e pelos governos civis.

Também se aplicava, por exemplo, àqueles sorteios realizados pelo Pingo Doce ou pelo Continente, pelas grandes superfícies. Estavam a falar de sorteios que não envolviam a perícia, envolviam a mera sorte.

Era isso, não tinha muito mais a apresentar. Tinha havido um conjunto de pedidos e, tendo detetado essa necessidade, também tinham desencadeado o procedimento. O que tinham visto, da consulta que tinham feito, era que muitas câmaras estavam ainda, também, a adaptar essa legislação e tinham iniciado, também, o procedimento. Idealmente, deveria ter sido um pouco antes.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 1069/2023 – Proposta n.º 04/2023 – GADSEA – Início do procedimento de criação e elaboração do Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente do Município de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Regressou à sala a Sra. Vereadora Sandra Frota.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 1070/2023 – Proposta n.º 05/2023 – GADSEA – Início do procedimento de alteração do Regulamento de Atribuição do Selo Verde – Certificado de Qualidade Ambiental do Município de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 1071/2023 – Proposta n.º 440/2023 – DAF/DICOR – Projeto Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2024

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 35 a 37.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que na proposta era referido que os utentes com atestado de incapacidade multiusos tinham um desconto de 50 por cento. A questão que queria esclarecer e que queria colocar ao senhor Presidente era se as entidades que trabalhavam com esse público também tinham esse desconto ou se não estava previsto nenhum desconto para essas entidades.

Sr. Presidente – Disse que não tinha ideia, do que se tratava era dos utentes, de quem frequentava. Tratava-se das pessoas em si e não das entidades.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, por exemplo, na piscina das Palmeiras, alugavam tanques a entidades como a APPACDM, a APPDA e a AMA e essas entidades trabalhavam com públicos que tinham atestados de incapacidade multiusos. A sua questão era se também se aplicava o desconto, porque seria feito à pessoa, individualmente. Era só essa dúvida.

Sr. Presidente – Disse que não tinha presente essa questão. Supunha que, mesmo para essas entidades que tinham essas pessoas, que a frequência seria por cada um não e, portanto, o desconto, se fosse entidade a pagar, seria por cada uma das pessoas que frequentava e em função do número que frequentava.

Sra. Vereador Rita Carvalho – Disse que, não tendo completa certeza da resposta à situação particular colocada, o artigo 7.º do Regulamento da Tabela de Taxas previa a

isenção total ou parcial das taxas a IPSS e a entidades de interesse público e, portanto, poderia ser aplicada, se não fosse por outras vias, ao abrigo do artigo 7.º.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 1072/2023 – Proposta n.º 442/2023 – DAF/DICONT – 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 7.ª ao Plano de Atividades Municipal e 7.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 38 a 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

11. Deliberação n.º 1073/2023 – Proposta n.º 443/2023 – DAF/DICOR – Abertura do procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo investimentos municipais – PPI 2024

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 42 a 47.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, relativamente à construção da nova biblioteca, o Sr. Presidente tinha dito que os projetos já estavam feitos e que careceriam só de uma atualização. Tinham passado 10 anos desde que tinha saído a notícia de que o valor da biblioteca seria de 3 milhões e 200 mil euros, mas, mesmo que considerassem um aumento de 50 por cento, tendo em conta o custo da mão de obra e o custo dos materiais de construção, que todos sabiam que tinham aumentado bastante, a verdade era que passavam de um valor de 3 milhões e 200 mil euros para 6 milhões e meio. Portanto, era para perceber, porque o Sr. Presidente tinha acabado de dizer que os projetos estavam feitos, que haveria só uma atualização, e era mais do dobro. Gostaria de perceber porquê esse aumento significativo para o valor da construção da nova biblioteca.

Sr. Presidente – Disse que eram 10 anos de diferença. Os custos das matérias-primas, os custos da própria atividade das empresas, na avaliação que os serviços tinham feito, em termos de orçamentação de uma obra com aquelas características apontava para aí e, portanto, era nessa base que apresentavam o pedido de empréstimo daquele valor, considerando a orçamentação do projeto que, como tinha dito, estava elaborado. A pequena adaptação tinha a ver com alterações da legislação, não era significativo, não era isso que estava em causa. O que estava em causa era, de facto, os custos significativos que tinha a construção de um edifício em 2014, salvo erro, e, passados, praticamente, 10 anos, os valores apontavam para aquele que ali tinha sido apresentado.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, antes de fazer uma avaliação da proposta propriamente dita, queria colocar uma questão que era a seguinte: Tinham, na proposta, um volume total de investimento proposto de, sensivelmente, 15 milhões e 800 mil euros. No entanto, tinham, no caderno de encargos, um montante a financiar de 15 milhões e 19 mil euros e, portanto, tendo ali uma diferença de 780 mil euros, sensivelmente - 775 mil euros -, entre aquilo que era a proposta que tinha sido apresentada e, depois, o caderno de encargos, queria questionar se esse valor correspondia à capacidade própria do Município para fazer

esse investimento, portanto, se estavam a falar de uma diferença que respeitava àquilo que eram fundos próprios a aplicar.

Sr. Presidente – Disse que não tinha visto essa diferença e pedia ao senhor Diretor que dissesse se havia alguma razão.

(Voz, em fundo)

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a questão tinha sido colocada porque a diferença não estava só no somatório, o somatório resultava das parcelas, e, portanto, havia diferença nas próprias parcelas. Estava justificado que não havia intenção de aplicar fundos próprios nessas intervenções, apenas valores de financiamento, portanto, concretizá-las, apenas, com recurso a endividamento.

Gostaria de perceber, em primeiro lugar, porque é que algumas das intervenções que tinham sido propostas...

Achava que todos consideravam que eram intervenções de baixo montante num município que pretendia apresentar um orçamento superior a 200 milhões de euros, como, por exemplo, a reabilitação e arranjos exteriores da Praceta da Primavera, que eram 84.800 euros ou a requalificação do espaço público entre a Praceta Virgínia Rau e a Praceta da Sociedade Arqueológica Lusitana, que eram 159 mil euros. Estavam a falar de intervenções que poderiam considerar que eram de valor relativamente reduzido para aquilo que era a capacidade do Município de gerar receita e de executar obra. Porque é que entendiam financiar esse tipo de intervenções a 20 anos e não fazê-lo com recurso àquilo que eram os fundos próprios e fazê-los no âmbito daquilo que era a gestão corrente, daquilo que era a intervenção do município no território?

Para além disso, havia algumas questões que saltavam à vista com, por exemplo, o valor previsto para a construção do Pavilhão Desportivo de Azeitão. Aí, a questão prendia-se com o seguinte: Estavam a falar de um valor proposto, na ordem de mais de 3,4 milhões de euros, quando tinham aprovado, ainda não havia muito tempo, no final do mês de junho, também um financiamento que cobria os custos com a construção do Pavilhão Desportivo das Manteigadas, custos esses que estavam orçados em pouco mais de 1,9 milhões. Estavam a falar de uma diferença de 80 por cento e não era num prazo de 10 anos, era num prazo de 5 meses. Portanto, queria questionar quais é que eram as valências que se previa pudessem vir a ser integradas nesse novo pavilhão de Azeitão e qual seria a sua dimensão, porque uma diferença de 80 por cento num pavilhão era bastante significativa. Estavam a falar de, praticamente, 1 milhão e meio a mais.

Depois, também queria colocar uma questão que tinha a ver com a forma como todo aquele quadro de endividamento tinha sido apresentado. Também tinham aprovado ali, na mesma reunião de 21 de junho, o financiamento para fazer a intervenção, para fazer a construção do Mercado Municipal de Brejos de Azeitão e do Auditório Municipal de Azeitão e tinham aprovado, para essa obra - obra que ainda não estava no terreno e, portanto, presumia que estivesse em fase de projeto -, um financiamento superior a 1,3 milhões de euros, e, naquele momento, para uma obra que ainda não estava em projeto, tinha-lhes sido proposto que aprovassem mais 1,2 milhões de euros, sensivelmente, para fazer a requalificação da envolvente do Pavilhão de Azeitão e para fazer os arranjos exteriores da envolvente do Auditório Municipal e do novo Mercado Municipal.

Ora, estavam a falar de 1,2 milhões de euros, que se pretendia contratualizar no imediato, para fazer arranjos exteriores de obras cujos projetos presumia que ainda não existissem, ou, se existissem, ainda não estavam e não se previa que fosse num curto espaço de tempo que viessem a estar, efetivamente, no terreno, em concretização. Significava isso o quê? Significava que estavam a aprovar uma linha de financiamento que iria ficar em utilização, sobre a qual seriam gerados juros ou, se não fosse utilizado, existiria, certamente, uma comissão pelo montante não utilizado, como era costume nesse tipo de processos, e iriam ter encargos sobre um valor que não sabiam se seria para utilizar dali a 1, a 2, a 3 ou dali a 5

anos, porque não sabiam quando é que a obra estaria, efetivamente, no terreno. Depois de a obra estar no terreno era necessário que houvesse um determinado tempo para que essa obra avançasse. Naturalmente que não seria depois da obra concluída que se iria fazer o arranjo exterior, seria ainda com a obra a decorrer.

Ainda assim, o *“timing”* de apresentação daquele financiamento, particularmente daqueles 1,2 milhões de euros, que tinha a ver com a requalificação da envolvente e com arranjos exteriores, parecia-lhes que não era o mais correto, do ponto de vista daquilo que era ou que deveria ser a gestão financeira do Município, porque iria criar encargos financeiros que eram absolutamente desnecessários, a não ser que houvesse a necessidade de recorrer a essa linha de financiamento para ter já o dinheiro disponível, eventualmente não alocar no imediato a essa despesa mas a outras, na expectativa de que houvesse verba para que, no futuro, quando essa despesa fosse, efetivamente, necessária, essa verba estivesse disponível, porque era a única leitura que se poderia fazer daquela intenção de antecipar já um financiamento daquele montante, com os custos financeiros que lhe estavam associados.

Depois, ao olhar para aquilo que era um terço daquele pedido de financiamento, os 6 milhões e meio de euros para a construção da Biblioteca Municipal, da Nova Biblioteca Municipal, começaria por questionar que valências é que se pretendia instalar nessa nova biblioteca, mas, também, questionar qual é que tinha sido o número de utilizadores da Biblioteca Municipal no decorrer daquele ano ou no ano anterior - o Sr. Presidente teria, certamente, esses dados -, para perceberem, efetivamente, tendo em conta aquilo que era a utilização atual de um equipamento que acreditava que tivesse valências semelhantes, tendo em conta esse nível de utilização, para perceberem se era justificável o endividamento do Município em 6 milhões e meio de euros, para fazer, naquele momento, esse equipamento.

Acreditava que a questão fosse pertinente, porque tinham 6,6 milhões - portanto, mais 100 mil euros do que aquilo que se pretendia investir na Nova Biblioteca - gastos, à espera que houvesse dinheiro para fazer obra. Falava dos 4,4 milhões do Imapark e falava de 1,2 milhões da Praça de Touros. Tinha sido recorrente a afirmação de que havia investimentos que só se podiam fazer com o recurso a parcerias e, portanto, que não existiam, naquele momento, condições para requalificar espaços que tinham sido adquiridos para a sua requalificação, para fazer intervenções num espaço onde se pretendia reinstalar quer o Mercado de 2.ª Venda quer o Mercado Abastecedor, e, com a instalação do Mercado Abastecedor, reduzir, também, aquilo que era, naquele momento, o encargo do Município, porque o Mercado Abastecedor funcionava num espaço que estava arrendado e, portanto, gerava um custo e retirá-lo de lá naturalmente que reduzia esse custo e libertava verba para o Município.

Portanto, a questão que se colocava, efetivamente, era se, quando tinham dois *“elefantes brancos”* na cidade, se lhe era permitida a expressão - enfim, um elefante um elefantezinho, porque, ainda assim, a Praça de Touros tinha sido ligeiramente mais barata -, quando tinham esses dois investimentos que eram investimentos que já estavam na posse do Município havia muitos anos, o Imapark tinha tido o seu contrato de *“leasing”* concretizado no ano de 2020, a Praça de Touros estava na posse do Município desde 2017 ou 2018, portanto, no mínimo, havia 5 anos - ainda há pouco tinham discutido o estado de degradação em que ela estava e a necessidade que existia de fazer a recuperação daquele espaço -, questionava se o Município considerava mais pertinente fazer a construção de um espaço, enfim, naturalmente, admitindo que pudesse ter valências diferentes daquilo que era o espaço e, naturalmente, uma área completamente diferente daquilo que era o espaço que, naquele momento, estava alocado à Biblioteca Municipal, mas se considerava que esse investimento era mais relevante ou que criava melhores condições para a cidade e para a fruição do equipamento do que, por exemplo, a requalificação da Praça de Touros, que era um espaço que acreditava que todos consideravam que era absolutamente necessário como espaço a alocar a eventos desportivos, à prática de atividades culturais, um espaço num edifício que tinha história e, portanto, necessitava de requalificação. Portanto, ficavam, naturalmente, atónitos quando ouviam, sistematicamente, dizer que não havia verba para fazer essas intervenções em edifícios, em património que tinha sido adquirido pelo Município havia muitos anos e que já tinha onerado o Município e os setubalenses e os azeitonenses em 6,6 milhões

de euros, consideravam que essa disponibilidade já existia para fazer a construção dessa biblioteca.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, depois das intervenções, só queria acrescentar o seguinte: Pensava que o processo de financiamento que lhes tinha sido trazido por aquela proposta vinha algo inquinado na sua apresentação. Deveria ter existido, tal como em outros processos...

Aquele mandato era diferente dos anteriores, como o Sr. Presidente já tinha reconhecido, era um mandato no qual o executivo CDU não tinha uma maioria. E, portanto, não tendo maioria, haveria que fazer as opções no orçamento municipal e nos investimentos que queriam ver feitos através de financiamento, através de um diálogo com a oposição, na tentativa de encontrar os necessários consensos.

Ora, aquilo que lhes tinha sido trazido era uma proposta de financiamento que não representava investimento, porque, até ali, tinham estado a aprovar financiamentos, mas os investimentos relativamente a esses financiamentos tinham sido parcos até ali e já iam no terceiro, com uma capacidade de endividamento da Câmara Municipal que estava a aproximar-se do seu limite, como o Sr. Presidente sabia bem. Portanto, aquilo que seria expectável era que, face a uma proposta daquelas, que trazia – como tinha sido dito e muito bem pelo Sr. Vereador Joel Marques – investimentos que poderiam ser assumidos pelo orçamento municipal sem recurso a financiamento e outros acerca dos quais poderiam e deveriam discutir - e tinham mesmo que discutir - se seriam a prioridade, em termos de execução, se a prioridade seria a construção - ou a possível construção – de uma biblioteca ou a requalificação do espaço ou, até, a construção de outro tipo de infraestruturas e isso não tinha sido feito.

O PS não estava contra nada. Aliás, era o Partido Comunista, a CDU, que havia largos anos vinha anunciando, através de “outdoors” em campanhas eleitorais, a construção da biblioteca e, portanto, os Vereadores do Partido Socialista, o Partido Socialista em Setúbal, não tinha anunciado a construção de uma nova biblioteca, isso não tinha partido do PS.

Voz, em fundo - *“Isso é verdade, isso é verdade.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Não é tão verdade, porque em 2009, na candidatura de Teresa Almeida, foi apresentada a construção da biblioteca, em 2009.*

Bem, mas dizer o seguinte: Essa questão devia ir... Posso? Pronto, obrigado. Essa... O Sr. Vereador Pedro Pina está muito nervoso hoje. A questão aqui é muito simples, antes de trazer esta proposta...

Antes de trazer esta proposta aqui, a reunião de Câmara, mais um financiamento, deveria ter existido essa reunião, no sentido de criar um consenso à volta deste financiamento.

Sr. Presidente, nós não conhecemos o projeto do pavilhão, nós não conhecemos o projeto da biblioteca e o senhor diz: “Está quase a ser concluído”. Há um mês que nós pedimos o projeto do Imapark, que foi pago pela Câmara Municipal de Setúbal (54 mil euros), há um mês que pedimos o projeto da Praça de Touros, pelo qual a Câmara pagou 19 mil euros e o senhor vem aqui dizer: “O projeto está quase concluído”.

Ora, aquilo que seria expectável, perante uma proposta destas, era que nos trouxessem o projeto, é que esse projeto nos fosse apresentado ou o Sr. Presidente quer que os Vereadores do Partido Socialista lhe assinem um cheque em branco? Como já deve ter percebido, da parte da bancada dos Vereadores do Partido Socialista não há cheques em branco. Não há, o Sr. Presidente não terá desta bancada qualquer cheque em branco, para ser assinado por si e colocar lá a quantia que entender.

Existirá, da parte dos Vereadores do Partido Socialista, obviamente, um acompanhamento, como tem existido na concretização de projetos que sejam estruturantes para o nosso concelho e nós estaremos cá para acompanhar e para reconhecer esses mesmos projetos, como tem acontecido neste mandato, mas, trazer-nos aqui esta proposta sem que esteja aqui apresentado esse projeto... Bem, ficamos a aguardar que ainda na reunião de hoje nos seja

apresentado esse mesmo projeto e que o Sr. Presidente nos consiga explicar que valências é que essa biblioteca irá ter, para além daquilo que foi, também, solicitado pelo Sr. Vereador Joel Marques, mas que acredito que o Senhor Vereador Pedro Pina está aí entusiasmado para nos explicar qual a diferença de financiamento entre um pavilhão e outro.”

Sr. Presidente – *“Senhores Vereadores do Partido Socialista, entendam-se, porque os senhores vêm reivindicando a construção da biblioteca desde 2014...”*

Vozes, em fundo.

Sr. Presidente – *“... Desde 2014, e, quando nós dizemos alguma coisa, a primeira palavra que vocês têm a dizer é: “Para quando a construção da biblioteca que foi prometida há não sei quanto tempo? Para quando?” e repetem a isto vezes sem conta, ao longo deste tempo. Agora, nós trazemos aqui uma proposta para construir a biblioteca e os senhores ficam zangados connosco.*

Desculpe lá, senhor Vereador, isto não pode ser assim. Então? Não pode ser assim. Isto é uma questão e, portanto, entendam-se, senhores Vereadores.

Já agora, dizer que o projeto da biblioteca foi objeto de um concurso público, de um concurso público promovido pela Ordem dos Arquitetos, que quem ganhou o concurso e que elaborou a base do modelo da biblioteca é, até, uma jovem setubalense e o projeto foi apresentado publicamente, foi apresentado aqui na reunião de Câmara, aqui no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Portanto, o projeto está mais que conhecido.

Senhores Vereadores, trazer aqui, à reunião de Câmara o projeto, de facto, era não ter mais nada que fazer e, de facto, nós compreendemos esse nervosismo todo, mas, já agora, dizer assim: Quem ganhou as eleições em Setúbal, na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e nas freguesias, em todas as freguesias do concelho, foi a CDU, senhor Vereador. O senhor engana-se, anda, desde o primeiro dia em que tomou posse aqui, na Câmara Municipal, continua enganado e, portanto...

Mas isso é um problema seu, agora, quando nós trazemos aqui as propostas, trazemos propostas, naturalmente, de acordo com os compromissos que temos com os setubalenses e com os azeitonenses. Não é com o Partido Socialista que temos compromissos, senhor Vereador. Não é com o Partido Socialista, não é. Não temos compromissos com o Partido Socialista sobre esta matéria e, portanto, as propostas que nós trazemos aqui são propostas que estão identificadas no terreno, que são compromissos que nós temos com as populações e que, naturalmente, encontramos a melhor forma que consideramos, do ponto de vista financeiro, para, naturalmente, resolver esses problemas, para fazer estes investimentos.

Os investimentos de médio-longo prazo são investimentos que, naturalmente, permitem uma melhor gestão financeira da Câmara Municipal. Os senhores não têm este entendimento, mas isso é um problema vosso, não queiram transferir para quem tem uma responsabilidade e uma experiência de gestão que é reconhecida e é por isso que nós podemos hoje apresentar, nós podemos hoje apresentar aqui uma proposta de pedir mais um empréstimo de 15 milhões de euros. O senhor sabe que a lei condiciona este tipo de atividades. A Câmara Municipal de Setúbal, pela gestão que tem feita, tem esta capacidade financeira. Naturalmente que isto os torna nervosos, mas esse é um problema vosso, volto a dizer.

Depois, relativamente à questão do pavilhão, senhores Vereadores, é uma pergunta que eu considero normal fazer-se: “Porque é que o Pavilhão das Manteigadas tem um determinado valor e porque é que o pavilhão que agora se propõe construir em Azeitão tem outro valor?” É uma pergunta que eu acho legítima, perfeitamente, no sentido de esclarecer a questão e a é facilmente esclarecida. A questão é que, quando nós estamos a construir e a projetar a construção de um pavilhão nas Manteigadas, nós estamos a projetar construir um equipamento junto de outros equipamentos desportivos e, portanto, isto, naturalmente que é uma situação completamente diferente da de Azeitão. O que nós estamos a fazer em Azeitão é construir um pavilhão desportivo, no caso das Manteigadas temos vários pavilhões e, portanto, vários espaços e aquilo que nos pareceu, da avaliação que nós temos desta

realidade e da procura da ocupação dos pavilhões desportivos, é, de facto, com esta dimensão para as Manteigadas e com outra dimensão para Azeitão. Portanto, são coisas diferentes, naturalmente que têm preços diferentes.

Relativamente à questão que o Sr. Vereador Joel Marques diz, que ainda não iniciámos a obra, nós controlamos bem as situações e, sobretudo, aquelas questões que são essenciais. O senhor Vereador ainda não se deu ao trabalho de saber qual é o ponto do empréstimo, o último que foi aprovado aqui na Câmara Municipal. Ainda não tem o visto do Tribunal de Contas e, portanto, nós cumprimos, naturalmente. Estas regras, para nós, são fundamentais e, por isso, nós só podemos lançar os procedimentos para a obra quando houver condições para isso. Portanto, é, também, uma explicação. Agora, relativamente à questão da biblioteca, portanto, é assim.

Os senhores, umas vezes, acham que deve ser a biblioteca, depois já é o Imapark, depois é a Praça de Touros. Lançam as vossas preocupações, as vossas questões, mas isso é um problema que não é da gestão da CDU aqui na Câmara Municipal. Nós apresentamos aqui propostas que são credíveis.

Depois, finalmente, tendo em conta as questões que foram colocadas, dizer que, se tivesse lido bem o caderno de encargos, não teria colocadas questões que colocou. O caderno de encargos diz que há uma carência, relativamente ao pagamento, de três anos. Está no caderno de encargos e também está expresso que estes empréstimos são por 3 anos. É assim que as candidaturas serão apresentadas, que as propostas das instituições financeiras que concorrerem a este contrato, naturalmente, que se baseiam nestas premissas, aliás, como já aconteceu no anterior.

Já agora, dizer que, no anterior, portanto, não ficou nada por considerar e, portanto, as instituições financeiras concorreram nos termos em que nós apresentámos e, aqui, os termos são os mesmos e, portanto, há um período de carência de 3 anos e, portanto, isto é exatamente para garantir as condições que nós necessitamos, tendo em conta, até, no estado em que o mercado se encontra, as dificuldades que nós verificamos quando abrimos um procedimento, que alguns ficam desertos, outros apenas aparece uma empresa ou outra que até aparece com valores que não são aceitáveis, nos termos da contratação pública. Portanto, é nesse quadro que precavemos estas situações.

Naturalmente que o estado em que está a economia, o estado em que tudo isto está a funcionar, que os senhores muito bem conhecem, levam-nos a que tomemos precauções e, já agora - ainda bem, se calhar, que levantou a questão para explicar isto -, é precaver-nos, para que, se surgir algum obstáculo, daquilo que também nós conhecemos da realidade económica em Portugal, nós termos aqui salvaguardas, designadamente estas, para não sermos surpreendidos e para garantir que estes investimentos serão levados a bom porto dentro do mais curto espaço de tempo. É isto que está aqui em causa, senhores Vereadores.”

Sr. Vereador Joel Marques – *“Fiquei absolutamente surpreendido, porque é a primeira vez que ouço dizer que construir um pavilhão junto de outros equipamentos desportivos permite um ganho de escala de 80 por cento. Enfim, mas vivendo e aprendendo.*

Eu pensava, francamente, que depois de mais 2 anos de mandato, o Sr. Presidente já teria percebido que os vereadores desta bancada não vêm para uma reunião de Câmara sem ler integralmente todas as propostas e anexos, e eu esperava, também, que o Sr. Presidente soubesse que uma carência gera custos na mesma. Se for uma carência de capital paga os juros, se for uma carência total não tem uma prestação mensal ou trimestral, que é aquilo que é definido para este contrato, mas os juros capitalizam ao valor em dívida e, portanto, uma carência não é sinónimo de inexistência de custos financeiros, antes pelo contrário, significa que, quando formos amortizar, amortizamos apenas em 17 anos e não em 20 e significa que, durante 3 anos, pagamos apenas juros.

Mas não digo que a carência não faça sentido, porque também é usual - eu creio que é uma boa prática de gestão - que se amortize o investimento no período durante o qual esse investimento, efetivamente, tem utilização. Portanto, há um período que é o período da construção ou do investimento propriamente dito, em que se introduz a carência no

empréstimo e, portanto, a amortização é feita quando o bem está em uso. Isso faz-nos sentido. O que não nos faz sentido, volto a dizer, é, para mais, tendo a confirmação que o Sr. Presidente acabou de nos dar, que o empréstimo que nós aqui aprovámos, de financiamento, há 5 meses atrás, ainda não tem o visto do Tribunal de Contas, portanto, ainda não existe a possibilidade de avançar com determinadas obras, que são obras, também, de grande monta, que estejamos...

(Eu não sei se o seu gabinete tem alguma informação que queira acrescentar, mas, se quiser, creio que o poderá fazer sem ser em “off” e sem interromper a intervenção dos eleitos...)

Senhor Presidente, no decurso daquilo que eu estava a dizer, tendo investimentos que estão programados mas que ainda não têm condições para ser feitos, não faz sentido que estejamos a onerar o Município com encargos financeiros sobre um empréstimo de, sensivelmente, 1,2 milhões de euros, alocados a requalificações e arranjos exteriores que não teremos condições de colocar no terreno num prazo de 2, 3 ou 4 anos.

Aquilo que estamos a fazer, em termos práticos, aquilo que os senhores nos propõe fazer, em termos práticos, é que estejamos a garantir um financiamento, a garantir uma verba que não tem condições de ser alocada no imediato àquilo que é o seu destino ou num curto espaço de tempo àquilo que é o seu destino, o que significa que estamos a gerar custos financeiros para o Município, caso utilizemos o capital ou caso não utilizemos, porque, se não utilizarmos teremos, certamente, uma comissão de não utilização.

Temos, também, uma outra questão, que remete para a questão da carência. É que, se faz sentido que a carência decorra durante o período do investimento, nós, aqui, aquilo que vamos ter é que utilizamos o capital, esgotamos o período de carência e, quando a obra for para a rua, efetivamente, já estamos no período da amortização.

Nestes dois itens específicos do quadro que nos é aqui apresentado, a requalificação da envolvente do Pavilhão Desportivo de Azeitão e os arranjos exteriores na envolvente do Auditório Municipal e do Novo Mercado de Brejos de Azeitão, é exatamente isso que vai acontecer.”

Sr. Presidente – *“Senhor Vereador, essas certezas todas que o senhor tem são suas e fique com elas. Nós gerimos da melhor forma que sabemos, os resultados estão à vista. O senhor vai ver, nós vamos aprovar, espero eu, o Orçamento para 2024. Talvez haja algumas surpresas. Nós não andamos aqui a inventar nada, nós temos experiência sobre estas matérias e quando fazemos esta distância no tempo, relativamente à proposta do empréstimo, relativamente à outra, sabemos o que é que estamos a fazer.*

(Vozes, em fundo)

As suas certezas, fique elas. Ficam registadas, naturalmente, agora, com essas suas certezas, no sentido de pôr em causa as decisões, os procedimentos, a forma de nós... A experiência que nós temos neste tipo de gestão. Naturalmente, cabe-nos a nós tomar essa iniciativa e fica o registo das suas preocupações, depois veremos.”

Sr. Vereador Pedro Pina – *“Muito rapidamente, é só para dizer que nós compreendemos. Embora a intervenção tenha tido, sobretudo, um suporte técnico, é, sobretudo, uma intervenção de suporte receoso. Percebemos as preocupações do Partido Socialista, porque também sabemos, no passado, da pouca disponibilidade, quando se trate de desenvolvimento e quando se trata de construção de equipamentos que, claramente, acrescentam valor ao território, as dificuldades que têm em poder considerar e, portanto, facilmente recaem numa apreciação técnica que nada contribui para aquilo que é o superior interesse do território, mas, já agora, também percebemos esta preocupação, é um bocadinho ou síndrome freudiano, porque estas questões dos períodos de carência sabemos bem que ao PS preocupa quando faz propostas, por exemplo, para o período das prestações de pagamento de casa. Sabemos bem o que é que estão a falar e, portanto, percebemos isso que isso incomode, mas isso, enfim, é um aparte que também não interessa exatamente para aqui.*

Mas, senhor Vereador, eu queria responder à questão, para tentar esclarecer da intencionalidade. É porque, efetivamente, e sem prejuízo daquilo que são as observações e, acima de tudo, das opiniões divergentes, há uma coisa que lhe posso garantir: É que em matéria daquilo que são as perspetivas e, sobretudo, uma análise estratégica, relativamente ao concelho, na construção de equipamentos e, em particular, no que às minhas áreas diz respeito e é nesse sentido que vou falar, pode ter a garantia que não são pensadas avulso e que não são pensadas sem um sentido estratégico. E, portanto, é bom de compreender, sendo legítima a pergunta, a diferenciação de um valor não será por uma mera opção de querer pagar mais de um pavilhão para o outro e, portanto, é claro e evidente que a intencionalidade do equipamento que se pretende concretizar em Azeitão, olhando o território, olhando a atividade desportiva, olhando a necessidade do equipamento que ali se pretende, efetivamente, construir, é distinto e diferenciado da proposta que tem intencionalidade para o Pavilhão das Manteigadas, com uma capacidade de oferta, com uma capacidade de resposta distinta daquele que é o pavilhão projetado para as Manteigadas.

E, como é fácil de compreender, trata-se de um pavilhão de maior dimensão, trata-se de um pavilhão de maior capacidade, trata-se de um pavilhão que, perante estas circunstâncias e estas características, tem um custo substancialmente superior àquele que é o pavilhão que está projetado ou que está considerado... É uma pergunta? Não?

(Voz, em fundo)

Senhor Vereador, é simples, se tiver duas áreas de jogo é fácil de compreender, se tiver o dobro da capacidade de público é fácil de compreender.

(Voz, em fundo)

Portanto, é disso que eu lhe estou a dizer. Mas, os senhores, como gostam sempre de levantar a atoarda e a insinuação e a dúvida, porque é nesse formato que os senhores fazem política nesta casa, não é de outro. Os senhores nunca querem esclarecimento, os senhores querem, apenas, levantar a insinuação permanente e o senhor é particularmente pródigo nesse tipo. O senhor nunca faz a pergunta pela pergunta do esclarecimento, faz a pergunta levantando sempre a insinuação, porque a questão que se deve colocar é: “Mas o senhor acha que esta Câmara Municipal quer fazer um pavilhão com o dobro do putativo investimento só porque tem vontade de gastar dinheiro, senhor vereador, ou porque lhe apeteceu, agora, fazer um pavilhão em marmorite e, portanto, isso tem um custo?”

Com certeza é porque as condições objetivas do pavilhão são distintas do outro, que tem mais capacidade público, tem mais balneários, terá uma área de jogo superior, e, portanto, é isso que está aqui em causa e, portanto, é disso que se trata, mas, a forma como é colocado, parece que levanta sempre a insinuação da falta de cuidado, da falta de estratégica e isso eu não posso aceitar. Isso eu não posso aceitar, porque é permanentemente da parte da bancada do Partido Socialista, nunca é de uma forma objetiva, concreta.

É sempre, eu já disse e volto a dizer, o Vereador Fernando José não estava na sala mas voltava a dizer: “Lamento que o Partido Socialista, vivendo a situação política que está a viver, não tenha o pudor e o cuidado de não querer virar o feitiço contra o feiticeiro e que utilize e que goste de utilizar as mesmas armas que outros, provavelmente, utilizam convosco, querendo fazer dessas armas as mesmas que tenta fazer aqui na política de propaganda e populismo que aqui desenvolve e essa é a estratégia que, permanentemente, aqui assistimos da bancada do Partido Socialista, que nada tem a ver com esclarecimento, com exercício democrático, com a divergência de opinião legítima de uma casa como é a casa da democracia local, da Câmara Municipal de Setúbal.

E, portanto, é só para esclarecer que, obviamente, que se trata de equipamentos distintos, completamente distintos, com capacidades distintas e isso tem uma implicação direta no valor daquilo que estamos a falar.”

Sr. Vereador Fernando José – *“Sr. Presidente, dizer ao Sr. Vereador Pedro Pina que não se preocupe com a situação política do Partido Socialista, preocupe-se, antes, com a situação política do Partido Comunista Português, deixe lá o Partido Socialista que o Partido Socialista está a traçar o seu caminho em termos de eleições internas e, portanto, não se preocupe com*

o Partido Socialista, preocupe-se lá com o partido no qual milita e no qual a democracia é algo duvidoso...

(Voz, em fundo: “Olhe que não, olhe que não.”)

A democracia interna é um bocado duvidosa, no nosso não...

(Voz, em fundo: “Olhe que não, olhe que não.”)

Senhor Presidente, a questão do receio e da preocupação são naturais. O senhor vereador não acha que seria normal, numa proposta destas, em que trazem uma proposta de financiamento para a construção de um pavilhão, para a construção de uma biblioteca, que viesse aqui explicar que tipo de pavilhão, qual a dimensão do pavilhão? Não acha normal que isso viesse aqui explicado? Mas não, não acha normal que isso viesse explicado. Os vereadores não têm o direito de saber aquilo que estão a aprovar, em termos de financiamento, os vereadores não têm que saber, é um pavilhão.

(Voz, em fundo: “Não é como o vosso do Largo José Afonso...”)

Senhor vereador, deixe-me lá...

(Voz, em fundo: “... Essa nave que vocês fizeram (...).”)

O senhor vereador está tão nervoso. Porque será que está tão nervoso hoje? Porque será?

(Voz, em fundo: “... isso. Até tiraram do vosso Instagram o pavilhão...”)

Porque é que será que está tão nervoso?

(Voz, em fundo: “... que tinham proposto.”)

Porque é que será? Deve ser a fome, não é? Deve ser.

(Vozes, em fundo.)

Vamos lá, então. Senhor Presidente, os vereadores têm o direito de ter esse conhecimento, de ter essa informação e foi isso que nós...”

Sr. Vereador Pedro Pina (parcialmente, em fundo) – *“Senhor vereador, só lhe estou a fazer aquilo que você faz durante todas as reuniões, ao Presidente e a todos os vereadores. Fica incomodado? Então, aprenda e não faça aos outros aquilo que não gosta que lhe façam a si.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Deixe-me lá terminar, senhor Vereador, que está muito nervoso. Porque será?”*

Sr. Vereador Pedro Pina – *“Não, não estou nervoso. O senhor, para toda a gente ouvir...”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Sr. Presidente...”*

Sr. Vereador Pedro Pina – *“O senhor faz permanentemente isto...”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Sr. Presidente...”*

Sr. Vereador Pedro Pina – *“... Desrespeita esta assembleia permanentemente.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Sr. Presidente...”*

Sr. Vereador Pedro Pina – *“... O Presidente da Câmara e todos os eleitos e fica incomodado quando se sente interpelado. Como o senhor gosta de dizer, é “uns apartes”, mas o senhor só gosta de fazer apartes aos outros. Quando tem apartes para com as suas intervenções fica incomodado, veste a pele de cordeiro e não gosta de vestir a pele de lobo que usa em todas as reuniões. Peço desculpa, então...”*

Sr. Presidente – *“Senhores Vereadores, agradeço que...”*

Sr. Vereador Pedro Pina – *“Peço desculpa, Sr. Presidente.”*

Sr. Presidente – *“Sr. Vereador Fernando José, termine lá a sua intervenção, se faz favor.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Muito obrigado. Registo a hipersensibilidade do Vereador Pedro Pina e a preocupação com que ele está, vá-se lá saber porquê, muito nervosismo. Vamos saber porquê, mais tarde.”*

Sr. Vereador Pedro Pina – *“Por respeito a esta casa e aos eleitos, senhor vereador. Por respeito a esta casa e aos eleitos, que é coisa que o senhor não tem permanentemente.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“O receio e a preocupação são naturais, porque esta proposta obviamente que deveria vir acompanhada de mais informação. Aliás, Sr. Presidente, foi-lhe feita uma pergunta à qual o Sr. Presidente não respondeu ainda: Relativamente à questão da biblioteca, quais é que são as valências desta biblioteca? Nós temos que ter esse conhecimento e faço-lhe aqui uma pergunta, relativamente a esta proposta de financiamento, relativamente a um investimento, faço-lhe uma pergunta: Quando, qual o dia, a hora, em que os vereadores do Partido Socialista podem-se dirigir aos serviços para consultar o projeto da Biblioteca? Diga o dia e hora em que nós nos podemos dirigir aos serviços, para consultar o projeto dos Pavilhões Gimnodesportivos e, também, da Biblioteca. Portanto, ficamos à espera que o Sr. Presidente nos indique o dia e a hora em que nós poderemos ir aos serviços para consultar estes projetos.”*

Sr. Presidente – *“Obrigado, senhores vereadores. Não havendo mais intervenções, vou pôr à votação esta proposta.”*

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

O Sr. Vereador Joel Marques fez a seguinte declaração de voto: *“Os Vereadores do Partido Socialista abstiveram-se na votação desta proposta de financiamento de investimentos, tendo em consideração que há itens, nesta proposta, que consideramos serem desadequados, mas, no entanto, entendemos que não devemos inviabilizar outros investimentos, particularmente aqueles que remetem para a construção do pavilhão de Azeitão, mas também para aqueles que remetem para a intervenção no espaço público, de requalificação do espaço público, que deveria ser feita com recurso a fundos próprios e à gestão corrente, mas que já percebemos que com este executivo não existirá essa capacidade”.*

12. Deliberação n.º 1074/2023 – Proposta n.º 444/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Aditamento ao contrato de arrendamento para instalação de estação de fibra ótica da NOS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 48 e 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 1075/2023 – Proposta n.º 445/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Autorização de alienação do direito de superfície e constituição de

hipoteca – Rua da Concha, Lote 133, em Quinta do Meio, Praias do Sado, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 1076/2023 – Proposta n.º 446/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 30/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços para manutenção, assistência técnica e gestão dos equipamentos multifunções do Município e do Parque Escolar – Adjudicação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 51 a 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 1077/2023 – Proposta n.º 05 /2023 – DCTUR/DITUR – Aprovação do início do procedimento de elaboração do Regulamento de Criação da Taxa Municipal Turística de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 1078/2023 – Proposta n.º 17/2023 – DRH/DIDEC – SIADAP 1 – Ratificação da avaliação das unidades orgânicas referente ao ano de 2022

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 1079/2023 – Proposta n.º 18/2023 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo

indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2023, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 1080/2023 – Proposta n.º 19/2023 – DRH/DIGAT – Abertura de procedimento concursal para o cargo de adjunto técnico da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58.

Sra. Vice-Presidente – Disse que o senhor Presidente procedeu à nomeação do adjunto técnico, naquele momento, era necessário abrir o concurso.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 1081/2023 – Proposta n.º 447/2023 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Modificação objetiva contrato “Prestação de serviços de controlo de pragas urbanas no concelho de Setúbal, pelo período de 36 meses” – Trabalhos complementares

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 59 a 62.

Sra. Vice-Presidente – Disse que, como era sobejamente conhecido e tinha sido ali até objeto de algumas intervenções na reunião da Câmara, tinha havido necessidade de fazer um reforço na prestação de serviços com a empresa DESITEJO, relativamente às desinfestações. Tinham um caderno de encargos para 3 anos, mas tendo em conta, efetivamente, o volume de reclamações que tinham tido, foi necessário adequar o serviço.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 1082/2023 – Proposta n.º 33/2023 – DOM – Empreitada AD 68/17 – “Reabilitação e valorização do Portinho da Arrábida/Creiro – Execução de Ponte-Cais” – Libertação da garantia

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 63 e 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 1083/2023 – Proposta n.º 141/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio aos programas de desenvolvimento desportivo – Matriz de apoio financeiro 2023

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 65 e 66.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que face ao número significativo de propostas, iria tentar sumariar, sem prejuízo do conteúdo e da relevância do conteúdo de todas as propostas. Aquela proposta que traziam a discussão decorria da matriz de apoio financeiro ao movimento associativo desportivo.

Como era do conhecimento dos senhores Vereadores e das senhoras Vereadoras, aquele era um instrumento que introduzido por aquela Câmara Municipal, contribuiu para a transparência no que àquela matéria dizia respeito, clarificando sobretudo o apoio que se traduzia na apresentação de candidaturas, por parte dos clubes, a apresentação da sua atividade por parte dos clubes, e por essa forma, a matriz que não só foi votada no quadro da reunião da câmara, mas também com o aval e consideração do Conselho Municipal de Desporto e, nesse sentido, deixou à consideração dos senhores Vereadores, aquela proposta que consubstanciava aquela estratégia de apoio e valorização do desenvolvimento desportivo, com um crescente e valorização apoio, não só no número de clubes apoiados, bem como nos montantes apoiados.

Voltou a frisar, como o fez no passado, que aquela era apenas uma das formas de apoiar os clubes, mas que não deixava de ser uma evidência, considerando a forma com que também aquelas instituições, associações, coletividades, demonstravam o seu plano de atividades e, sobretudo, diferenciavam essa mesma atividade em função de uma estratégia.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 1084/2023 – Proposta n.º 142/2023 – DCDJ/DISOC – Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 67 a 69.

Sr. Vereador Pedro Pina – Destacou o trabalho excepcional feito por aquela associação, durante o período da Covid.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 1085/2023 – Proposta n.º 143/2023 – DCDJ/DISOC – Banco Alimentar Contra a Fome - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que o Banco Alimentar Contra a Fome era uma instituição que dispensava apresentações ou uma descrição mais pormenorizada. Infelizmente, afirmação que só a si o responsabilizava, aquela instituição dependia muito, não só daquilo que eram os momentos anuais de recolha de alimentos, mas, também - não sabia se essa informação era do conhecimento de todos os vereadores presentes -, daquilo que eram as contribuições objetivas que os municípios da Península de Setúbal, no caso do Banco Alimentar do Distrito de Setúbal, contribuía para a realização e desenvolvimento daquela instituição.

A par da Câmara Municipal de Setúbal - e era essa a proposta que estavam naquele dia a discutir -, pensava que todas as autarquias do Distrito de Setúbal contribuía financeiramente.

Faziam isso em nome daquilo que era o trabalho da instituição, mas não deixou de dar aquela nota porque, além de importante, seria importante perceber que, considerando as exigências e o trabalho de inclusão social e intervenção que o Banco Alimentar contra a Fome desenvolvia, nomeadamente no apoio, não só direto às pessoas, mas também às instituições, seria fundamentalmente uma exigência pensar-se a continuação e como queriam considerar aquela intervenção junto dos nossos concidadãos.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 1086/2023 – Proposta n.º 144/2023 – DCDJ/DICUL – Projeto de alteração ao Regulamento Municipal do Concurso “Marchas Populares de Setúbal” – Ponderação dos resultados da consulta pública

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 71 a 76.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que aquele era um processo que decorria de um compromisso do executivo municipal, que junto das entidades que concorriam anualmente ao certame, mas também, tentando envolver individualidades e instituições que não tendo nos últimos anos participado, não deixaram de ser consideradas e ser chamadas a contribuir, para além do processo formal da consulta pública, aquele processo teve uma primeira votação de um pré-projeto, ali em reunião da Câmara, depois esteve em período de consulta pública, e voltava, novamente, à Câmara Municipal para ser votado.

Pensava que aquela proposta ia ao encontro das principais questões levantadas ao longo dos últimos anos, sobretudo a revisão e atualização daquele regulamento.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que aquando da discussão em Reunião de Câmara, os Vereadores do Partido Socialistas levantaram algumas questões sobre a proposta de Regulamento Municipal do Concurso das Marchas Populares de Setúbal. Chegados ali tinham apenas uma questão que gostariam de levantar: a possibilidade de eliminar uma expressão que ali estava. Consideravam que não tinha comparação com nenhum regulamento, consultaram Lisboa, Almada, e por aí fora, mas que poderia levar a outro tipo de situações que consideravam que deveriam ser evitadas e, portanto, naquele caso eliminar. Tratava-se do Artigo 18.º, o número 2: *“Caso algum elemento das Marchas, representante da*

entidade participante, ou da sua claque de apoio, pratique qualquer ato suscetível de perturbar o bom desenrolar do concurso, bem como de constituir ofensa à dignidade ou integridade...”, portanto, tinha a ver com uma possível penalização ou sanção. Percebiam, compreendiam, aceitavam, mas entendiam que deveria ser retirado a referência: “*ou da sua claque de apoio*”, porque como é que iam conseguir sindicar quem é que pertencia, ou não, à claque de apoio? Além que ia para as redes sociais e poderia ter a expressão de que deveria ganhar a marcha A ou a marcha B, e nem sequer fazia parte da claque de apoio, poderia ser considerado ou não como elemento? Achava que aquilo poderia levantar algumas dúvidas que seriam desnecessárias e poderiam eliminar aquela referência.

Percebiam perfeitamente a questão do elemento das marchas, tinha participação ativa, percebiam perfeitamente a questão de representante da entidade participante, era um representante da entidade, se incorresse numa daquelas situações obviamente que teria de haver um procedimento e possíveis sanções à marcha, mas achavam “abusivo”, a inclusão “*da sua claque de apoio*”, e, portanto, a sugestão que faziam era que fosse retirada aquela referência, cortando, “*ou da sua claque de apoio*”, retirar, e manter tudo o resto.

Era a proposta dos Vereadores do Partido Socialista.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que da parte deles não viam..., pensava que aquele regulamento era um regulamento que se pretendia que fosse o mais consensualizado possível, de qualquer forma, para além dos muitos apartes ao longo daquela reunião, aquela era uma matéria que o Vereador Fernando José, no início da reunião, tinha solicitado. Lembrou que da parte do Partido Socialista, podiam ter feito chegar aquela alteração por escrito nos tempos formais, mas da parte deles não via nenhum impedimento, portanto, a única alteração, naquele caso do artigo 18.º (Sanções), n.º 2, seria: “*Caso algum elemento das Marchas, representante da entidade participante, pratique qualquer ato suscetível...*”, e continuaria o texto, retirando-se apenas: “*da claque de apoio*”.

Com aquela única alteração colocou à consideração do senhor Presidente por aquela proposta a votação.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 1087/2023 – Proposta n.º 145/20223 – DCDJ/DICUL – Apoio à edição da antologia “Maria Rosado Pinto, entre a música e a poesia”

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 1088/2023 – Proposta n.º 146/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio para o Festival Internacional de Acordéon de S. Sebastião

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 1089/2023 – Proposta n.º 147/2023 – DCDJ/DICUL – Aceitação de doações – Tertúlias Bocageanas 2023

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

28. Deliberação n.º 1090/2023 – Proposta n.º 148/2023 – DCDJ – Aprovação do projeto de alteração ao Regulamento da Feira de Sant’Iago do Município de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 80 a 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 1091/2023 – Proposta n.º 306/2023 – DURB/DIPU – Aprovação de alteração à planta síntese do alvará de loteamento n.º 10/76 - Processo n.º 99/73

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 84 a 90.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que para manter a tradição, relativamente às 4 propostas de Urbanismo (DURB), que fossem votadas em conjunto, uma vez que pelo menos o PSD votaria da mesma forma as 4.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não tinha nada a opor.

Sr. Presidente – Disse que iam votar em conjunto as propostas de deliberação 1091/2023 a 1094/2023

Submetidas votação, as propostas de deliberação 1091/2023 a 1094/2023 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

30. Deliberação n.º 1092/2023 – Proposta n.º 307/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de arquitetura (alteração de fachada) - Processo n.º 196/23

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 29).

31. Deliberação n.º 1093/2023 – Proposta n.º 308/2023 – DURB/GAPRU – Concessão de licença administrativa de conservação, alteração de edifício habitacional - Processo n.º 111/23

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 29).

32. Deliberação n.º 1094/2023 – Proposta n.º 309/2023 – DURB/GARIU – Ocupação da via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 13/22

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 93 a 95 (ver ponto 29).

33. Deliberação n.º 1095/2023 – Proposta n.º 008/2023 – GAVPS – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2023

O Sr. Vereador Joel Marques apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96.

Sr. Vereador Joel Marques – Pediu escusa integrar da proposta, até porque ela era sobejamente conhecida, na sequência da última vez que ela ali foi apresentada e recusada. Entenderam remetê-la novamente para os serviços, para que ela fosse discutida quando fossem apresentadas outras propostas, e era por isso que naquele dia a traziam ali novamente. A proposta deles, mantendo as majorações e minorações atualmente em vigor também, era de terem uma taxa de IMI de 0,37% aplicada aos prédios urbanos e de 0,8% aplicados aos prédios rústicos.

Sugeriu, se esse fosse também o entendimento do senhor Presidente e dos vereadores do PSD, uma vez que tinham outra proposta, que era o ponto 35 da ordem de trabalhos, que versava sobre o mesmo tema, que discutissem as propostas em conjunto, porque elas, na verdade, eram mutuamente exclusivas, e/ou aprovavam uma, ou aprovavam outra, ou não aprovavam nenhuma e tinham de voltar novamente a apresentá-las.

Sr. Presidente – Disse que não sabia se o PSD assim entendia, mas as propostas tinham uma ordem, e achava deverem seguir essa ordem, embora sendo propostas diferentes, mas isso era o seu entendimento.

Era aquela proposta que estava em discussão.

Pensavam que tinha sido já no primeiro ano daquele mandato que houve um decréscimo bastante significativo, uma redução no IMI, e, portanto, aquilo que era o compromisso daquele executivo municipal era de baixar a taxa do IMI progressivamente. Era isso que faziam, e que fizeram em anos anteriores ao do primeiro ano do mandato.

A posição deles era que deviam fazer isso, pois sabiam da importância e, tendo em conta a situação social em Portugal, pensavam ser importante baixar os impostos, mas tinham, a Câmara Municipal de Setúbal, de ter em conta, naturalmente, aquilo que era a avaliação que fazia da sua situação financeira, e tudo isso ser devidamente ponderado.

Pelo que não votariam favoravelmente aquela proposta nos termos em que ela era apresentada.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que seguindo a sugestão do senhor Vereador Joel Marques, uma vez que havia ali repetição de iniciativas, pelo menos entre o PS e o PSD, e como sugeriu que, ou votassem naquele momento cada uma delas ou votassem em conjunto as mesmas, do IMI e do IRS, ou adiassem.

Na opinião deles, parecia-lhes que seria uma boa solução um adiamento.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que aquilo que disse era que como as propostas eram mutuamente exclusivas, ou aprovavam uma, ou aprovavam outra, ou não aprovavam nenhuma, mas se não aprovassem nenhuma, não era porque elas não iriam à votação, era porque poderiam correr o risco de não reunir uma maioria para a aprovação de qualquer uma delas.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que tinha sido isso que tinha dito: “*ou não aprovamos nenhuma e adiamos*”.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não: “*e temos que voltar a apresentá-las*”. Mas não tinham intenção de adiar aquela votação.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Perguntou se isso não era um adiamento.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não era um adiamento no sentido em que não tinham intenção de retirar a proposta de votação.

Sr. Vereador Fernando Negrão – “*Muito bem, então votaremos uma a uma, na nossa opinião*”.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que pedia desculpa...

Sr. Presidente – Disse que estavam no meio da votação.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse pedir desculpa, mas com tanta condescendência durante toda a reunião, com certeza que, naquele momento, também seria condescendente consigo, até porque por norma cumpria com aquilo que eram os tempos, e, portanto, agradecia essa condescendência.

Disse ter uma proposta para o mesmo efeito, para a redução do IMI, tal e qual como o Partido Socialista, no entanto, a proposta que ali lhes era trazida era uma proposta que era melhor para os setubalenses, porque devolvia mais rendimento às famílias e era isso que também tem defendido e, portanto, quis dar aquele enquadramento antes de fazerem a votação.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, 4 do PS e 2 do PPD/PSD e 5 votos contra da CDU.

34. Deliberação n.º 1096/2023 – Proposta n.º 009/2023 – GAVPS – Participação Variável de IRS para o ano 2023 – RETIRADA

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tendo em atenção que os Vereadores do PSD tinham, também, uma proposta relativamente à Participação Variável do IRS, e que no entendimento deles teria mais-valia para os setubalenses, retiravam a proposta deles.

Sr. Presidente – Disse que a proposta de deliberação 1096/2023 seria retirada, conforme documento anexo registado sob o n.º 97.

35. Deliberação n.º 1097/2023 – Proposta n.º 4/2023 – GAVPSD – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2023 – RETIRADA

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que retiravam a proposta de deliberação 1097/2023.

Sr. Presidente – Disse que a proposta de deliberação 1097/2023 seria retirada, conforme documento anexo registado sob o n.º 98.

36. Deliberação n.º 1098/2023 – Proposta n.º 5/2023 – GAVPSD – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2023 – Aplicação da taxa do IMI Familiar

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99.

Sr. Presidente – Disse que a posição deles era idêntica àquela que têm tomado relativamente àquelas posições e, portanto, o voto deles, relativamente à aplicação do IMI familiar, era favorável, porque consideravam que o apoio às famílias, na atual situação em que viviam, justificava ter aquela consideração pelas famílias setubalenses e azeitonenses.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

37. Deliberação n.º 1099/2023 – Proposta n.º 6/2023 – GAVPSD – Participação variável de IRS para o ano 2023

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100.

Sr. Presidente – Disse que a posição da CDU, naquela proposta, era idêntica àquela que fizeram relativamente ao IMI, até porque estava por esclarecer qual era a evolução que aquela situação do IRS ia ter, tendo em conta que o próprio Governo entendeu fazer alterações ao IRS e, portanto, naquele momento, não sabiam qual era a receita que a Câmara Municipal ia ter no que dizia respeito ao IRS, e, portanto, era a posição que tinham naquele momento. Como já tinham afirmado, achavam que aquelas propostas deviam ser aprovadas no sítio certo na Assembleia da República e não nas autarquias. Fá-lo-iam sempre nas autarquias, quando considerassem adequado. Naquela situação de indefinição, tendo em conta essa posição que o Governo tinha relativamente ao IRS, a posição deles era aquela.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que relativamente ao que tinha referido, que a competência na área fiscal era da Assembleia da República, de facto era, mas também era da Câmara Municipal.

Sr. Presidente – Disse que a CDU, na Câmara Municipal de Setúbal, quando considerasse ser adequado, fá-lo-ia, como referiu, na situação que dizia respeito ao IMI. Tinham um compromisso que era de baixar progressivamente os impostos, era isso que fizeram. Não podiam era aceitar propostas que dessem saldos daquela natureza. E, relativamente ao IRS,

por maioria de razão é que o Governo se comprometeu a reduzir o IRS. Naquele momento não sabiam que impacto é que isso tinha na receita da Câmara Municipal, relativamente ao IRS.

Era aquela a posição deles.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, 4 do PS e 2 do PPD/PSD e 5 votos contra da CDU.

38. Deliberação n.º 1100/2023 – Proposta n.º 7/2023 – GAVPSD – Medidas de apoio – Transportes

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que o PSD trazia um conjunto de medidas, à semelhança daquilo que fez no ano anterior, porque consideravam que a situação das famílias não estava melhor, as pessoas não viviam melhor, não tinham mais rendimento disponível e, por isso, trouxeram ali um conjunto de medidas para poderem vigorar no ano de 2024: transporte escolar gratuito para todos os alunos do concelho, transporte escolar gratuito em circuitos especiais, o transporte adaptado e/ou acompanhado.

Enfatizaram a necessidade de uma articulação entre municípios, parceiros sociais e, sobretudo, com a direção-geral dos estabelecimentos educacionais, uma vez que, até ao presente momento, ainda não tinham conseguido atingir esse sucesso, não por culpa do Município, mas por ainda não tinha sido possível chegar a um entendimento.

Sra. Vice-Presidente – Disse querer fazer algumas considerações, relativamente à questão do transporte escolar e do transporte dedicado.

Relembrou que no ano anterior implementaram aquelas medidas, tal e qual como estavam ali previstas. No caso do transporte, falavam dos alunos maioritariamente do secundário, eram aqueles que não viram legalmente aquele direito, que era dado uma comparticipação de 50% dos encarregados de educação até ao ano anterior. Com a aprovação daquelas medidas, os encarregados de educação deixaram de fazer essa comparticipação, e isso teve, mais ou menos, um impacto significativo também no orçamento Municipal, aproximadamente 130 mil euros, 140 mil euros, a comparticipação por conta dos pais e encarregados de educação. Havia uma promessa de há muitos anos, ou desde 2019, com a saída do Decreto-Lei, 21/2019, da regulamentação daquele transporte, portanto, com o aumento da escolaridade obrigatória, tornou-se evidente que era necessário rever os critérios para atribuição de transporte escolar. Houve esse compromisso do Governo, e isso nunca tinha sido feito, aliás, esse acordo estava expresso na Comissão de Acompanhamento da Transferência de Competências, apenas saiu a portaria que regulava os transportes para alunos com necessidades educativas especiais, e não saiu aquela comparticipação. O que fazia com que, mais uma vez, se verificasse no sistema de ensino português uma discriminação relativamente ao facto de os alunos morarem ali em Setúbal, ou morarem noutra qualquer.

Naquele caso, a Câmara tomou aquela decisão, mas mais uma vez provava a fragilidade do nosso sistema, e era preciso que quem tinha responsabilidades sobre aquela matéria legislasse e, mais importante ainda, que legislasse e apoiasse os municípios nesse sentido, porque aquilo a que assistiam era uma assunção de uma competência por parte do município e não uma assunção de uma competência por parte daquilo que devia ser uma obrigação. *“Eu diria constitucional relativamente àquilo que é a educação de todas as nossas crianças”.*

Portanto, ficava essa nota, com um agravamento de preocupação relativamente àquilo que foram as propostas anteriores, e àquilo que eram as propostas que vinham, de toda a justiça

que tinham porque já as implementaram, mas com uma grande preocupação relativamente à questão da receita, e que meios e que recursos é que tinham para cumprir com aquelas determinações, porque, como já tinha explicado ali naquela câmara aos senhores vereadores, certamente não era com a transferência de competências, uma vez que os recursos que lhes eram transferidos da transferência de competências têm vindo a onerar a Câmara milhões de euros, e tem fragilizado a tesouraria da Câmara.

Portanto, não podendo recorrer à transferência de competências, tendo cada vez mais impedimentos relativamente à questão dos impostos, achava que talvez se tivessem precipitado relativamente à baixa do IMI para conseguirem concretizar uma série de medidas que estavam ali, e com as quais estava plenamente de acordo, no ano anterior já tinha estado, achava que elas eram muito positivas, tinham o efeito positivo na nossa comunidade educativa, extremamente positivo, mas ficava ali, senhor Presidente, senhores vereadores, o receio de terem muitas dificuldades para suportar todas aquelas despesas, nomeadamente quando, da parte de quem os deveria apoiar, esse apoio não existia e muitas vezes até lhes era subtraído, como já tinha tido oportunidade de explicar.

Relativamente ao transporte de circuitos especiais, ele já era feito pela Câmara Municipal desde o início da transferência de competências.

Para determinados circuitos era feito diretamente pela Câmara Municipal, em outros, era feito através da delegação de poderes com os senhores diretores dos agrupamentos de escolas e, existia para todas as crianças que no ensino público tivessem indicação, declaração, conforme estava na legislação aprovada na Portaria 9, ou que fossem referenciadas pelas E+, que eram as equipas que no âmbito do Decreto-Lei n.º 54, que era o Decreto-Lei que regulava a escola inclusiva, tivessem esse parecer positivo, e, portanto, isso também já faziam.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tal como no ano anterior iam acompanhar aquela proposta, assim como algumas das propostas que se seguiam, as que respeitavam, naturalmente, àqueles apoios.

No ano anterior foram apresentadas, enquanto pacote e no corrente ano vinham enquanto proposta autónoma e, portanto, iam na mesma discuti-las e votá-las, mas com essa nota de que não se tratava de uma novidade, no fundo, a maioria daquilo que estavam ali a abordar, senão mesmo tudo, era a replicação daquilo que já ali tinha sido aprovado no ano anterior, eventualmente, com algumas “nuances”.

Uma dessas “nuances” prendia-se, por exemplo, com a norma que constava do Orçamento de Estado, que iria em breve ser aprovado na sua versão final, na semana seguinte, e que já previa a gratuidade do transporte público para menores de 18 anos e, portanto, acabava por ser uma regra que ia ser aplicada por via também naquilo que era o Orçamento do Estado.

Depois, no que respeitava ao ponto 3 do conteúdo deliberativo - Atribuição de um apoio para a aquisição de qualquer passe Navegante Municipal – quando liam: “qualquer passe”, presumia estivessem a falar do passe + 65, que custava 20 euros, por definição, e que, portanto, existia uma proposta de apoio que também se estendia a esse passe. Disse que em relação a isso, no ano anterior tinha sido considerado que se deveria cativar, se poderia usar essa expressão, uma verba na ordem de meio milhão de euros, para fazer face àquilo que era o apoio dos 10 euros para a aquisição dos passes navegante municipal.

Estavam praticamente a terminar o ano, de acordo com aquilo que foram os dados a que tiveram acesso, pensava que em abril ou maio, estavam longe de ter uma métrica que permitisse usar todo esse valor e, portanto, era importante, também, na discussão daquela proposta que o executivo lhes pudesse dizer, à presente data, ou com os dados atualmente disponíveis, qual é que tinha sido, efetivamente, o número de passes Navegante Municipal que tinham sido apoiados, para terem também a perceção daquilo que era a recetividade das pessoas, no que respeitava àquele tipo de apoio, mas também naquilo que era o reflexo do esforço, naturalmente, que o Município fazia para promover a utilização do transporte público, o esforço financeiro que fazia para promover a sua utilização.

Disse, também, que de entre as propostas que o Partido Socialista apresentou para serem incluídas no orçamento que iriam discutir na próxima semana, constava também um apoio a nível dos passes, naquele caso a gratuitidade do passe de +65, equiparando aquilo que era o passe de +65, portanto, de pessoas que na sua maioria já estavam na reforma, ou em idade da reforma, equiparando o apoio àquilo que era o apoio dado a quem tinha menos de 18 anos, e, portanto, que eram também aqueles que mais precisavam, naturalmente, daquele tipo de apoio, no que respeitava à relação entre aquilo que eram os seus gastos e o seu rendimento.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse perceber aquilo que a senhora Vice-Presidente disse, e sempre tiveram o cuidado de procurar algum equilíbrio entre aquilo que era o apoio às pessoas e aquilo que era o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal, mas a verdade era que até àquele reunião da câmara aprovaram o início de um processo que iam desencadear para um regulamento da aplicação de uma taxa turística e as receitas das taxas turísticas tinham sempre um objetivo definido, por exemplo, em Lisboa, era isso que acontecia, sabia-se que a receita que se cobrava com determinada taxa turística tinha uma aplicação muito clara, sabiam também que tinham um regulamento de taxas bastante desafiante para os municípios. Disse terem uma praça de touros que se não tivessem capacidade para a dinamizar provavelmente teriam de pensar em retirar algum retorno e devolvê-la aos setubalenses, tinham o Imapark que poderiam ficar livres de algumas despesas mensais que tinham em alugueres. Certamente que haveria forma dentro daquilo que era o orçamento municipal de conseguirem devolver e dar aqueles apoios à população, que eram muitas das vezes chamados a pagar impostos. Tinham também daquilo que resultava dos parquímetros que continuavam em grande expansão pela cidade e era nesse sentido que apresentavam aquelas propostas.

Sr. Presidente – Disse que a situação social no país e em particular no concelho de Setúbal, justificava um conjunto de medidas dirigidas a setores que consideravam mais fragilizados. Referia-se à infância, à terceira idade e a outras. Pelo que estariam muito sensíveis àquela situação, fazendo bem a distinção entre o que eram os impostos, como o caso do IMI e do IRS que, uma parte das pessoas com orçamentos mais fragilizados não pagavam IRS e quem pagava IMI era alguém que tinha algum património.

Embora havendo esse compromisso da sua parte em reduzir progressivamente os impostos, como fizeram, fazia uma avaliação de uma forma diferente relativamente àquele tipo de apoios, que deveriam ser dirigidos e orientados a camadas específicas da sociedade setubalense e azeitonense.

Disse que iriam votar favoravelmente as propostas apresentadas pelo PSD, porque as mesmas se dirigiam exatamente naquilo que definiu o ano passado na Assembleia Municipal. Relativamente às questões que estariam relacionadas com os transportes, era necessário continuar a criar condições para os setubalenses terem razões, para cada vez mais apostarem no transporte público e prescindirem cada vez mais do transporte particular, sendo que uma das formas de incentivar aquela prática era reduzir o valor do passe municipal.

Relativamente ao estacionamento já o referira no ano passado, que o estacionamento do primeiro carro seria sem pagamento, o segundo carro com uma redução de 75% relativamente ao que constava no contrato e o terceiro carro com uma redução de 25%. Sendo a Câmara Municipal a suportar aqueles custos, porque aqueles custos eram contratuais e tinham de cumprir aquilo que eram os contratos. Tanto no que dizia respeito à redução dos dez euros na compra do passe municipal, como no que dizia respeito ao estacionamento, a Câmara Municipal suportaria aqueles custos, pagando à empresa detentora do contrato de estacionamento e à TML o valor do diferencial dos dez euros. Oportunamente haveria a informação sobre a quantidade de pessoas que iriam beneficiar da redução dos dez euros em 2022.

Conforme a informação que tinha e não sendo final do ano, tratava-se de um valor significativo, devendo continuar a criar as condições para que aquele número de cidadãos

que passou a adquirir o passe municipal continuasse a aumentar, para reduzir a procura do carro individual.

Disse que votariam favoravelmente aquelas propostas, da mesma forma como votaram a proposta do ano anterior relativamente à Derrama, num volume de negócios inferior a 150 mil euros, para além da proposta apresentada relativamente aos jovens que pretendessem adquirir no concelho, a sua primeira habitação. Aquele era o quadro da votação da CDU, que avaliara a situação dos setores da sociedade, considerando que deveriam tê-los em conta conforme o quadro da situação social e económica no qual o país vivia e em especial o concelho, beneficiando aqueles setores da sociedade.

Sr. Vereador Fernando José – Na intervenção do senhor Presidente, quando falara da questão do estacionamento, teriam obviamente de ter a informação, porque o senhor Presidente dissera estar em negociação com a empresa, sendo negociações que nunca mais chegavam ao fim ou nunca mais tinham informação sobre elas. Daquilo que tinham conhecimento o estacionamento tarifado iria ser alargado em novas zonas na cidade, por essa razão ficavam à espera que o senhor Presidente dessa mais informação sobre o processo negocial, que por diversas vezes estava em negociações com a empresa. Questionou se o senhor Presidente disse “*que o contrato levanta algumas dúvidas*”, quando falava na questão do estacionamento.

Sr. Presidente – Disse que a Câmara era quem tinha dúvidas, não seria pelo contrato, porque o contrato estava escrito.

Sr. Vereador Fernando José – Questionou se tinha dito “*que tinha dúvidas sobre o contrato*”.

Sr. Presidente – Disse que sim, seria sobre algumas questões do contrato.

Sr. Vereador Fernando José – Questionou quem tinha feito o contrato.

Intervenções impercetíveis

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Presidente foi presidente da Assembleia Municipal, tinha consigo os Vereadores que faziam parte do antigo executivo maioritário da CDU e depois o senhor Presidente vinha a uma reunião de Câmara dizer que tinha dúvida sobre um contrato que tinha sido redigido pelo mesmo executivo CDU.

Sr. Presidente – Disse que continuaria a dizer, como o afirmara várias vezes, mas o senhor vereador, quando não lhe interessava, fazia de conta que não ouvia, que existiam vários pontos naquele contrato que lhes ofereciam dúvidas, por essa razão procuravam alterar ou adaptar as situações que estavam vertidas no contrato. Não era nenhuma novidade, seria a veia do senhor Vereador de querer sempre levantar polémicas. Disse assumirem com toda a clareza a avaliação que faziam daquilo que muitas vezes aprovavam e após ser melhor ponderadas de poder haver alterações. Disse que não tinha dúvidas nenhuma em poder alterar as posições que poderia ter no futuro relativamente às posições que tomara no passado, se for para benefício das populações. Referiu que foi muito claro naquilo que disse e só não compreendia quem não queria, mas cada um assumiria as suas responsabilidades. Não havendo oposição das bancadas, sugeriu que a senhora vereadora Sónia Martins fizesse a apresentação das propostas seguintes.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

39. Deliberação n.º 1101/2023 – Proposta n.º 8/2023 – GAVPSD – Medidas de apoio – Refeições escolares

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

40. Deliberação n.º 1102/2023 – Proposta n.º 9/2023 – GAVPSD – Medidas de apoio – Atividades de animação e apoio à família

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

41. Deliberação n.º 1103/2023 – Proposta n.º 10/2023 – GAVPSD – Medidas de apoio – Estacionamento tarifado

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

42. Deliberação n.º 1104/2023 – Proposta n.º 11/2023 – GAVPSD – Medidas de apoio – Derrama

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a sua bancada iria acompanhar a proposta tal como já tinha acompanhado no ano anterior.

No entanto, sendo uma proposta que era apresentada de uma forma isolada e não num pacote de apoio, tal como foi a do ano anterior, disse que gostaria que a proposta não deliberasse apenas sobre aquilo que era o benefício fiscal, mas que pudesse apresentar também aquilo que era a visão sobre a taxa a fixar, porque era sobre a taxa que o benefício incidia e era a taxa também que ficava para as empresas que não poderiam beneficiar daquele incentivo pela limitação.

Sra. Vereadora Sónia Martins – No que se referia à taxa de derrama, disse proporem a isenção. Relativamente às outras empresas mantinham aquilo que estava para o ano de 2023.

Aquilo que propunham, caso não se opusesse nenhuma das bancadas, seria enviar a correção da proposta, transcrevendo para a proposta a mesma questão.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

43. Deliberação n.º 1105/2023 – Proposta n.º 12/2023 – GAVPSD – Constituição de fundo de apoio ao funcionamento das instituições do concelho

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que gostaria de perceber qual era o diagnóstico que suportava a proposta, se estariam a falar de uma proposta que tinha como objetivo de fundo, a reconversão de respostas ou projetos sociais de necessidades emergentes a dar resposta a problemas sociais do ponto de vista socioeconómico, ou se se referia a um acréscimo da procura de serviços prestados.

Questionou quais seriam os critérios para distribuir a montante, porque não tinham definidos os objetivos nem os critérios, como também no conteúdo deliberativo remetiam para um regulamento que não existia, e não existindo esse regulamento ou a distribuição daquele apoio, seria uma distribuição quase que “*ad hoc*”, cujas associações se candidatavam a um determinado tipo de apoio e depois era feito um rateio, quase como acontecera com a proposta aprovada no ano anterior ou então não tinham uma base que permitisse aquela distribuição, porque não tinham ainda o regulamento.

Sra. Vereadora Sónia Martins – No que se referia ao fundo de apoio, disse terem pensando fazer exatamente aquilo que tinha sido feito no ano de 2023, tendo por base pelo seu entendimento daquilo que foram apurando junto das entidades. Disse haver um acréscimo de procura de serviços, nomeadamente naquilo que estaria relacionado com as instituições de solidariedade social, assim como um aumento de despesas naquilo que era o funcionamento daquelas instituições. Nesse sentido, propunham aquele apoio dentro daquele valor.

Sr. Presidente – Disse que no ano anterior tinha sido aprovado na Câmara Municipal um regulamento de apoio, que poderia servir para que em 2023 pudessem fazer a atribuição e distribuição de valores, conforme as candidaturas que fossem sendo apresentadas, em função de uma avaliação que fosse feita.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

44. Deliberação n.º 1106/2023 – Proposta n.º 13/2023 – GAVPSD – Isenção de IMT na aquisição de habitação própria e permanente, por jovens até aos 35 anos

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que se tratava de proposta que merecia uma discussão um pouco mais aprofundada, porque quando decidiam sobre taxas ou sobre impostos, a fixação do valor que era cobrado, seria de uma forma transversal. Quando decidiam sobre benefícios fiscais, decidiam sobre uma forma que não era transversal, que não iria afetar todos os cidadãos de igual forma, porque uns iriam beneficiar e outros não, e por essa razão seria um benefício.

Disse ser importante perceber quando referiam a idade média de saída de casa dos jovens noutros países, nomeadamente na Suécia e na Dinamarca, considerando os dados de 2017, tinham disponíveis mais de 19% do parque público habitacional. Não seriam jovens que saíssem para uma casa que adquirissem, eram jovens que saíam maioritariamente para um

imóvel em regime de arrendamento e em muitos casos para um parque habitacional que pertencia ao Estado.

Na Dinamarca, na Suécia, nos Países Baixos, o modelo de habitação pública era um modelo universal, não estando destinado a determinados estratos de população em função daquilo que eram os seus rendimentos.

Olhando para a Finlândia que tinha um modelo que era mais orientado, apesar de ser generalista, mas ainda assim tinha mais do que 11% de parque habitacional público.

A oferta de parque habitacional público era aquilo que permitia que os jovens pudessem, mais do que adquirir habitação como era referido na proposta, ter acesso à habitação.

Disse ser ali que as suas visões se separavam um pouco, porque tinham um entendimento, particularmente quando falavam de jovens, que tinham à partida uma menor capacidade financeira por estarem em início de carreira, teriam de facilitar o acesso. Acesso que só seria facilitado criando-se um mercado de arrendamento, mas acima de tudo, criando condições para que o setor público, fosse a administração local ou central, que tivesse condições para ter a oferta disponível aos seus cidadãos.

Por essa razão, propuseram a integração no orçamento municipal, que iriam analisar na próxima semana, a introdução de uma verba de cinco milhões de euros a esgotar na aquisição de pelo menos 30 imóveis para colocar no mercado de arrendamento acessível, uma vez que teriam de dar uma resposta no imediato, não se limitando a aguardar pela construção de habitação que, na melhor das hipóteses estaria disponível ao final de três anos. Seria importante que tivessem condições para ter essa resposta o mais rapidamente possível, com o recurso a habitação já construída.

Olhando para aquilo que era o benefício fiscal que resultaria daquela proposta, compreendendo a dificuldade que existia no acesso à aquisição de habitação, porque os impostos tinham um peso significativo, num mercado onde os preços da habitação dispararam, consideravam que poderia ser mais interessante que aqueles impostos fossem uma receita alocada a um fim específico, que poderia ser a aquisição de habitação para aumentar o parque habitacional municipal, a qual serviria para garantir condições de acesso à habitação dos jovens e a casos específicos mesmo sendo menos jovens.

Referiu que, quem conseguia aceder à aquisição de habitação era quem tinha uma maior capacidade financeira. O benefício fiscal ao ser aplicado naqueles termos acabava quase como que por criar uma distorção de apoiar quem já tinha uma capacidade financeira mais elevada.

Disse haver um estudo feito por três investigadoras da Universidade de Lisboa, em 2019, para a Fundação Calouste Gulbenkian, sobre a habitação própria em Portugal, numa perspetiva intergeracional, que permitia perfeitamente avaliar, ao longo dos anos, quais seriam os rendimentos médios de quem adquirira habitação e já não tinha hipoteca ou nem sequer a constituía nos rendimentos médios de quem tinha uma hipoteca a decorrer e os rendimentos médios de quem optara pelo mercado de arrendamento.

Aquilo que se via, a opção pelo mercado do arrendamento historicamente, até porque a habitação funcionou em Portugal ao longo dos últimos 40 anos quase como que aforro, quase a constituição de poupança feita através da aquisição dessa mesma habitação, permitindo aferir que quem tinha acesso à aquisição de habitação tinha geralmente rendimentos mais elevados.

Aquele benefício fiscal quase que criava uma distorção no sentido de apoiar quem tinha uma maior capacidade financeira.

Disse que não tinham um mercado de arrendamento, porque ao longo dos anos contribuíram com as políticas públicas de habitação, quase todas direcionadas para a aquisição e muito poucas quer para dinamização do mercado de arrendamento, quer até mesmo para a dinamização daquilo que era o acesso à habitação das franjas da sociedade que tinha uma maior dificuldade financeira e uma menor capacidade para aceder à mesma.

Entre 1987 e 2011, período de 24 anos, 73,3% do orçamento despendido pelo Estado em habitação foi exclusivamente nas bonificações de juros do crédito à habitação. Aqueles 73,3% representavam mais de sete mil milhões de euros. Quando tinham uma nova geração de

políticas públicas e um pacote “mais habitação” que ia no sentido de robustecer aquilo que era a política pública no âmbito da habitação, reforçando o acesso por via do arrendamento, percebendo o objetivo de poderem ter um benefício fiscal, seria mais vantajoso que o imposto cobrado, que pudesse ser aplicado no sentido de alargar o leque das opções para aqueles que precisavam efetivamente de aceder a uma habitação.

Disse que aquela proposta poderia também ser robustecida nos pressupostos que eram apresentados, na definição daquilo que era o âmbito da isenção, nomeadamente quando falavam em idade igual ou inferior a 35 anos.

Questionou, caso fosse um casal, se considerariam a idade do mais novo ou do mais velho, porque os mesmos poderiam criar distorções.

Tratando-se de um imóvel situado no município de Setúbal, para aquisição de habitação própria permanente, certamente que abriria a porta para que Setúbal se pudesse transformar quase como que num paraíso fiscal, podendo implicar que municípios que vivessem noutros concelhos, nomeadamente os concelhos limítrofes de Palmela, Sesimbra e Barreiro vissem em Setúbal uma possibilidade de comprar uma habitação, apenas e só no âmbito do benefício fiscal, podendo beneficiar daquele apoio.

Significava que uma proposta cuja base era apoiar e simplificar a aquisição de habitação, teria depois uma perversidade que seria de promover um aumento da procura que iria distorcer ainda mais os preços e fazer aumentar os preços. Para além daquilo, a tabela do IMT na habitação própria permanente já previa uma isenção à qual consideravam ser insuficiente para a realidade atual do mercado, numa isenção para aquisição até 97.064,00 €. No contexto do concelho de Setúbal nunca se aplicaria, aplicar-se-ia eventualmente noutros concelhos, uma vez que existiam muitos concelhos onde seria exequível, sendo uma indemnização aplicada na totalidade. Tratava-se de uma isenção que a própria legislação, o próprio Código do IMT já previa, no sentido de promover e diferenciar a aquisição de habitação própria permanente face à aquisição de habitação secundária, que fosse para férias ou para investimento.

Sra. Vereador Sónia Martins – No que referia à questão do IMT e à questão que o senhor vereador colocou, referiu que no caso de ser um casal e recorrendo a alguns exemplos do próprio Governo quando lançara o “*Porta 65 Jovem*”, aquilo que se aplicava no caso de um casal jovem e quando a idade era entre os 18 e os 35 anos, um dos elementos poderia ter 36 anos, o outro elemento poderia ter 34 anos no máximo.

Relativamente ao mercado de arrendamento, disse que, na verdade, não tinham um mercado de arrendamento. Atualmente existiam proprietários que solicitavam duas e três rendas de caução e mais uma renda extra.

Não era de todo um mercado de arrendamento que fosse de fácil acesso para jovens, não havia habitação pública para aqueles que eram os mais vulneráveis e nada tinha sido feito. Se não havia para as pessoas que estavam em situação vulneráveis, que viviam em carros, em tendas ou em casa de amigos, infelizmente também não haveria para os jovens.

O senhor Vereador Joel Marques falara em paraíso fiscal, quando na realidade se tratava de atratividade para os jovens e para o concelho, até porque os jovens traziam outras forças e outro dinamismo.

Consideravam ser um incentivo para os jovens poderem adquirir a sua habitação própria permanente, para além de que foi uma medida adotada também noutros municípios, que encaravam como forma de atratividade.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

Sr. Vereador Joel Marques – Fez a seguinte declaração de voto: “*Remetendo para aquilo que foi a intervenção da discussão da proposta, apesar de considerarmos que é importante promover as condições de acesso também na aquisição de habitação e que o benefício fiscal*

pode ter essa vertente e pode ter esse condão. Ainda assim, consideramos que é importante que se criem condições de acesso de todos e não só, apenas àqueles que procuram adquirir o imóvel e nesse sentido, pesando os prós e os contras daquilo que é a proposta apresentada, o Partido Socialista absteve-se nesta votação.”

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Nunes – Disse não ser um filho da terra, mas seria um filho adotivo que há 27 anos residia em Setúbal.

Disse que iria abrir uma lavandaria na Av. dos Ciprestes, junto à Praça do Brasil, onde foi colocada uma máquina de parquímetros para o estacionamento tarifado, como tal pediu há dois meses um estacionamento para cargas e descargas junto à loja, para que os utentes não tivessem que parar em segunda fila. Segundo as duas técnicas da Câmara não lhe fora atribuído o referido estacionamento, porque existia um estacionamento de cargas e descargas a cerca de 70 m e outro a 134 m.

Referiu que a câmara, em vez de explorar o estacionamento por conta própria e colher os “*ovos da galinha de ouro*” achou melhor vender a “*galinha de ouro*”. Se a câmara tivesse capacidade financeira para gerir aquele estacionamento a “*galinha de ouro*” continuava a “*por os ovos*” para a câmara e seria um benefício para a câmara ter verba para poder fazer outros investimentos.

Disse que na Praça do Brasil existiam vários pedaços de passeios sem paralelos e alertou para a existência de um cabo elétrico exposto na via pública.

Disse que na Av. dos Ciprestes existia uma caixa de esgoto desnivelada, há mais de 40 anos, frente aos n.ºs 37 ou 39, a qual já tinha alertado os serviços para a situação, remetendo fotografias e feito reclamação na junta de freguesia.

Referiu que o trânsito na cidade de Setúbal estava um caos, sendo que nas horas de ponta era quase impossível transitar, andava-se mais depressa de bicicleta do que de carro.

Disse existir uma vala real que atravessa a Quinta da Amizade, na qual circulava esgotos a céu aberto, pelo que se tratava de um caso de saúde pública.

Disse que apresentou aquela situação várias à Águas do Sado, que por sua vez empurrara para a câmara, que por sua vez empurrara para a Águas do Sado, situação que o senhor vereador Carlos Rabaçal tinha conhecimento, no entanto, passados 15 anos continuava o problema por resolver. A zona era um viveiro de mosquitos, de águas paradas, sendo lamentável que aquela situação existisse num bairro da cidade. Naquela zona existiam ratazanas que mais pareciam coelhos e mosquitos aos milhões.

Alertou para o facto da Amarsul estar a libertar cheiros insuportáveis naquela zona. Morava em Poço Mouro encostado à Quinta da Amizade, Vale Ana Gomes e Quinta da Soalheira, os quais sofriam com os tremendos cheiros que vinham da Amarsul.

Setúbal cada vez tinha mais turismo, pelo que concordava com a taxa turística, no entanto, aquele dinheiro deveria ser vocacionado para o turismo e não para tapar buracos noutros lados.

A limpeza na cidade terá melhorado alguma coisa, mas os senhores vereadores e o senhor Presidente, provavelmente viajavam pelo país e poderiam seguir outros exemplos, como seria o caso da Câmara Municipal de Viseu, presidida pelo senhor Presidente Fernando Ruas, homem que implementara a cidade das rotundas, uma cidade limpa e aseada, onde dava gosto viver. Um exemplo a seguir também poderia ser a Câmara Municipal da Figueira da Foz, numa zona ribeirinha, presidida pelo senhor Pedro Santana Lopes.

Outro exemplo a seguir era a cidade de Aveiro, presidida pelo senhor Ribau Esteves, um exemplo de uma cidade desenvolvida, uma cidade que fluía o trânsito e tudo funcionava.

Disse que todas aquelas condicionantes certamente não iriam continuar a investir em Setúbal, que em vez de ter melhorias andava a retroceder em muitos aspetos, o que o deixava preocupado.

Relativamente à Feira de Santiago, sugeriu que a Câmara Municipal de Setúbal seguisse o exemplo da feira “Expofacic” em Cantanhede, onde eram promovidos os produtos locais. A título de exemplo referiu que o vinho vendido na feira era da Adega de Cantanhede, mais ninguém poderia vender outro vinho no espaço da feira.

Na feira de Santiago só se promovia o interesse financeiro, sugeriu que deveriam promover o moscatel de Setúbal, a Serra da Arrábida e o turismo, porque tratava-se da imagem de Setúbal para o resto do mundo, lamentando que tivessem muito que aprender.

Disse que em Setúbal existia uma falta de visão de estratégia e de soluções. Sugeriu aos vereadores que fossem para a rua e ver o que se passava no exterior. Deveriam pensar mais no cidadão e entrar menos em quezílias, em vez de resolverem os problemas andavam a “lavar roupa suja”. Disse ser primeira vez que foi à reunião de câmara e lamentava que metade daquela reunião tivesse sido de “lavagem de roupa suja”. Disse terem dois vereadores que eram deputados na Assembleia da República e que deveriam promover Setúbal. O senhor Vereador Fernando José e o senhor Fernando Negrão eram membros da Assembleia da República deveriam levar Setúbal para a frente, quando na realidade teriam que ser os cidadãos a fazer esse trabalho. Disse que apesar de ser adotivo na terra, promovia Setúbal por onde ia, no entanto, era necessário criar condições para as pessoas virem visitar Setúbal e trouxessem mais gente. A maior publicidade que poderia ser feito por Setúbal seriam os turistas e seriam todos os presentes. Sugeriu que os vereadores tivessem mais cuidado ao que andavam a fazer e que tivessem atenção ao que se passava em Setúbal.

Questionou a existência dos hotéis que estavam propostos para a cidade de Setúbal, porque eram precisos hotéis em Setúbal para que as pessoas que visitavam Setúbal pudessem pernoitar. Deveriam aprovar projetos que fossem concretizáveis e não ficasse apenas no papel, para que Setúbal se desenvolvesse. Setúbal tinha uma das mais belas baías do mundo, tinha uma Serra, tinha todas as condições para ser um dos melhores locais pelas suas condições climatéricas e paisagísticas e tinham o moscatel de Setúbal que era único no mundo. Todos aqueles pontos deveriam ser explorados.

Agradeceu à APPACDM pelo trabalho desenvolvido, disse ser pai de dois filhos com deficiência que se encontravam em cadeiras de rodas, utentes da APPACDM, estando bem acompanhados, tratava-se de uma instituição de louvar, sendo que a Câmara deveria apoiar aquelas instituições.

Disse haver muita casa abandonada, pelo que a câmara deveria tomar medidas, as casas a cair deveriam ser reconstruídas e restauradas para resolver os problemas da habitação. Sugeriu que as lojas da baixa que se encontravam fechadas e abandonadas fossem transformadas em habitação, porque a baixa estava morta em termos de comércio.

Sr. Presidente – Agradeceu a presença do munícipe pelo facto de ter chamado a atenção para um conjunto de questões consideradas importantes. Disse ser muito importante que as populações participassem na vida dos municípios. Disse que o munícipe apresentou uma série de questões, no entanto, não teria tempo para responder a todas as questões.

Relativamente ao pedido de estacionamento de cargas e descargas que não tinha sido autorizado, iria solicitar aos serviços que a situação fosse devidamente avaliada.

No que se referia ao estado dos passeios junto à Praça do Brasil e toda a sua envolvente, disse que toda aquela zona seria requalificada e devidamente intervencionada, cujos problemas que referiu seriam resolvidos, ficando o alerta relativamente a algumas situações que o munícipe salientou.

Relativamente à questão da circulação nas horas de ponta, disse estarem com atenção àquilo que se passava. Tomaram a decisão no planeamento da cidade de retirar todos os semáforos da cidade, porque consideravam ser uma visão de futuro para uma cidade, porque uma cidade com semáforos obrigava ao para/arranca das viaturas que teria consequências no ambiente, na qualidade de vida e na saúde das pessoas.

Fizeram aquilo que era o conhecimento que existia sobre soluções de alternativa, criando rotundas e estreitando algumas vias, porque tratava-se de circulação, não de uma visão de

outros tempos de terem grandes avenidas onde os carros não fluíam, mesmos tendo em conta as três ou quatro faixas, levando a limitações de circulação.

Disse que Setúbal era uma cidade como as outras cidades, onde a utilização do carro era a prioridade que as pessoas tinham. Havia quem tivesse uma visão e uma forma de estar no espaço público algo diferente, no entanto, os carros só deveriam ser utilizados com muita racionalidade, caso contrário estariam a criar equipamentos que punham em causa a própria sobrevivência. Tratava-se de um problema que todas as cidades se confrontavam, as chamadas horas de ponta.

Há alguns anos, em Setúbal, circulava-se ainda com alguma facilidade, atualmente para uma família com quatro pessoas havia quatro carros e a opção passava por utilizar os quatro carros, teriam de alterar as mentalidades, que não se fazia de um dia para o outro, os poderes públicos tinham aquela obrigação de promover iniciativas e campanhas de sensibilização.

Relativamente à questão da vala real na Quinta da Amizade, a situação dos esgotos estava identificada e a Águas do Sado sabia da situação e nunca fizera a intervenção necessária que era da sua responsabilidade. Sabia que os serviços Municipalizados já tinham feito o levantamento, estando identificadas as casas que fizeram a ligação à vala, sendo que a vala real iria ser intervencionada no sentido de acabar com aquela situação.

Relativamente ao parque da Quinta da Amizade, acabaram de aprovar um empréstimo para resolver em definitivo a intervenção que era necessária fazer no parque verde da Quinta da Amizade, para poderem ficar com um parque verde naquela zona do concelho, cujas urbanizações foram licenciadas naquela Câmara Municipal e nem sequer consideraram casas para comércio, bem como os locais para colocação de contentores, algo essencial num espaço urbano.

Trabalharam naquelas três urbanizações no sentido de criar melhores condições para que aqueles que escolheram aquele espaço para viver pudessem ter melhores condições, para Câmara Municipal poder desenvolver atividades da sua responsabilidade, designadamente a recolha resíduos. Referiu que o parque verde da Quinta da Amizade estaria concluído ou em fase de conclusão.

Relativamente à questão da Amarsul não seria novidade para a Câmara, a questão já tinha sido levantada em reunião de moradores. Referiu que a Câmara era sócia minoritária no capital da Amarsul, ao qual eram muito críticos ao seu funcionamento.

Disse que a Câmara Municipal estava atenta às questões apresentadas pelo senhor Nunes, no sentido de procurar resolver as várias situações.

Solicitou ao senhor vereador Carlos Rabaçal que falasse sobre a questão da vala real.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a situação do esgoto na vala real foi identificada como resultado de ligações clandestinas, decorrentes de garagens e de um daqueles novos prédios. Tratavam da situação com os respetivos condomínios e implicava fazer obras de correção, não do empreiteiro que já tinha desaparecido, mas dos condomínios, para retirar a ligação do esgoto à vala real.

Disse estar previsto no orçamento de 2024 que iria ser lançado no início do ano, uma empreitada de regularização da vala, custeado em cerca de 200 mil euros, fazendo a regularização dentro de todo o parque a montante e a jusante da Avenida da Quinta da Amizade e também um pouco mais abaixo, para permitir que toda a zona mais vivenciada ficasse resolvida.

Tratava-se de um processo bastante complicado, teriam que fazer testes de fumo para prosseguir o esgoto, também tiveram que ter um licenciamento da APA para o tipo de atuação que pretendiam fazer, tendo chumbado a primeira hipótese de trabalho, no entanto, já propuseram outra hipótese.

Tratava-se de um processo em desenvolvimento que ficaria resolvido seguramente durante o ano de 2024.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e duas horas e trinta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,

André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 24 de janeiro de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 61 folhas numeradas.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:

Vítor Marcos, Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:

Ana Paula Lico

Revista por:

Paulo Hortênsio